



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – CEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ISABELA NERES FERREIRA

AS REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL
MASCULINA NA VIDA ADULTA

BRASÍLIA
2022

ISABELA NERES FERREIRA

**AS REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA SEXUAL MASCULINA NA
VIDA ADULTA**

Relatório Final de pesquisa de Iniciação
Científica apresentado à Assessoria de Pós-
Graduação e Pesquisa.
Orientação: Dr. Lucas Alves Amaral

BRASÍLIA
2022

RESUMO

O abuso sexual infantil é considerado, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um dos maiores problemas de saúde pública. No entanto, a falta de visibilidade de episódios de abuso sexual masculino contribui para a disseminação de um pensamento de que esses casos não existem ou que são raros, o que não é verdade. A partir do exposto, a presente pesquisa buscou abordar o fenômeno da violência sexual infantil masculina e suas repercussões na vida adulta. Trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual foram entrevistados cinco homens vítimas de violência sexual na infância e um psicólogo atuante na área de combate ao abuso sexual masculino. A partir das entrevistas realizadas e da literatura que fundamentou este estudo, foi possível compreender a dinâmica da violência sexual na infância, as repercussões subjetivas na vida adulta, as possíveis formas de enfrentamento e ressignificação da violência, além das interfaces com os estudos de gênero. Foram identificadas repercussões psicológicas graves do abuso sexual infantil na vida adulta, tais como ansiedade e depressão, dificuldades de estabelecimento de vínculos em relacionamentos amorosos, bem como comportamentos sexuais ansiogênicos. Os impactos subjetivos mais significativos na vida desses homens dizem respeito as sequelas traumáticas da vivência de abuso no seio familiar, dado que é frequente o abuso nas relações familiares ou por pessoas próximas de seus familiares. Por fim, como estratégias de cuidado na vida adulta essenciais para os entrevistados temos grupos de apoio sobre o tema e a psicoterapia individual.

Palavras-chaves: Violência sexual masculina; Gênero; Masculinidades.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
OBJETIVOS	5
2. COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA SEXUAL MASCULINA	5
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E ESTEREÓTIPOS SOBRE A SEXUALIDADE MASCULINA	7
O HOMEM COMO VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL	10
O HOMEM COMO O PRINCIPAL AUTOR DE VIOLÊNCIA SEXUAL	11
A VIOLÊNCIA SEXUAL MASCULINA E SUAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES	12
3. MÉTODO	13
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
4.1 A VIOLÊNCIA SEXUAL NA VIDA INFANTIL	15
4.1.1 DINÂMICA DA VIOLÊNCIA	15
4.1.2 PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA	16
4.1.3 CONTEXTO FAMILIAR E SOCIAL	19
4.1.4 A PORNOGRAFIA COMO PRECEPTORA E PROPULSORA DA VIOLÊNCIA SEXUAL	23
4.1.5 ASPECTOS QUE PROPICIARAM O SILENCIAMENTO	24
4.1.6 AS MULHERES NA DINÂMICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL MASCULINA	25
4.2 OS IMPACTOS SUBJETIVOS DA VIVÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL	27
4.2.1 OS IMPACTOS NA SEXUALIDADE	27
4.2.2 OS IMPACTOS NO CAMPO AFETIVO	30
4.2.3 A DIFICULDADE DE RECONHECER-SE COMO VÍTIMA	31
4.2.4 SENTIMENTOS PRESENTES NA VIDA ADULTA	34
4.2.5 OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES	36
4.2.6 COMPULSÕES	38
4.2.7 PERCEPÇÃO DE SI NA VIDA ADULTA	40
4.3 AS ESTRATÉGIAS DE CUIDADO NA VIDA ADULTA	42
4.3.1 AS FORMAS DE RESSIGNIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA	42
4.3.2 O PAPEL DA PSICOTERAPIA	44
4.3.3 A IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS DE APOIO	46
4.3.4 INTERVENÇÕES POSSÍVEIS PELO ESTADO	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

1. INTRODUÇÃO

A violência sexual infantil é caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (2018) como ações que incluem contato sexual não consensual, de forma efetiva ou tentada; atos não consensuais de natureza sexual que não necessariamente envolvem contato (como voyeurismo ou assédio sexual); tráfico sexual cometidos contra alguém incapaz de recusar ou consentir; e exploração on-line. Segundo a Organização das Nações Unidas, estima-se que cerca de 1 bilhão de crianças no mundo tenham sido vítimas de alguma forma de violência, entre elas, a violência sexual infantil.

No Brasil, por meio de balanço das denúncias realizadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2022), entre as denúncias de violação de direitos contra crianças e adolescentes, 18,7% correspondem a situações de violência sexual. O mesmo Ministério, através de dados fornecidos pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), apontou que mais de 7.447 das denúncias de estupro no Brasil nos cinco primeiros meses de 2022, 5.881 referenciavam-se a crianças ou adolescentes, correspondendo a quase 79% das denúncias. No mesmo período de 2021, a ONDH/MMFDH contabilizou 4.475 registros de estupro contra este público, o que representa um aumento de 76% dos casos envolvendo o grupo vulnerável (MMFDH, 2022).

No entanto, em pesquisas disponibilizadas pelo Governo Federal, através do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2022), conjectura-se que apenas 10% dos casos de violência sexual infantil são notificados no país. Esses dados corroboram a posição do Brasil em um ranking que avalia as políticas efetivas de combate a violência sexual infantil, na qual dentre a classificação de 60 países, o mesmo ocupa a 13ª posição, demonstrando assim o forte trabalho que ainda deve ser feito no que se refere ao combate desta violência.

Na disponibilização dos dados sobre a violência sexual infantil de 2021, que detalha o público desta violência, verificou-se que a maior parte das denúncias realizadas de violência sexual contra adolescentes, referem-se, majoritariamente com 66,4% dos casos, aos abusos sexuais cometidos contra meninas entre 12 a 14 anos e nas faixas etárias mais baixas, o sexo feminino ainda permanece preponderante, sendo 52% das notificações entre 2 a 4 anos de idade. Em relação aos meninos vítimas, constatou-se que 1 em cada 6 a 10 meninos serão vítimas de alguma forma de violência sexual até a completude dos seus 18 anos (MFMDH, 2021).

Além disso, pesquisas apontam que os meninos expõem a violência sofrida geralmente em contextos informais, fora do atendimento clínico (ex: escolas) (POLANCZYK ET AL.,

2003) local onde reporta-se a menor diferença entre os sexos, sendo 59,3% feminino e 40,7% masculino. Este dado revela a dificuldade de acesso aos meninos que passaram pelo processo de violência sexual, justamente pelos seus casos não terem sido notificados tendo como consequência que os mesmos não tivessem acompanhamento psicológico posterior a esta experiência.

Diante disso, é possível interligar esta baixa notificação com os padrões de masculinidade contemporâneos que são construções sociais e culturais difundidas pelas mídias, famílias, comunidades, igrejas, Estado e outras instituições, construindo modelos masculinos a serem seguidos que se adequam ao contexto em que estão inseridos (CONNELL E MESSERSCHMIDT, 2013). Desde cedo, um modelo de masculinidade hegemônica tende a ser socializada na vida de meninos, o de que a expressão de sentimentos e de contato sexual ou afetivo com outros homens significa ser "menos homem".

Ainda, de acordo com tais padrões culturais, temos dois fenômenos relacionados à violência sexual masculina que se tornaram socialmente difundidos. O primeiro deles é que muitos homens silenciam e negam ter vivido experiências deste cunho até a vida adulta devido a homofobia latente relacionada ao modelo de masculinidade hegemônica. O medo de ser julgado como homossexual ou de expressarem vulnerabilidade fala mais alto. Em segundo lugar, a violência sexual masculina é banalizada e motivo de chacota masculina em representações midiáticas. Nessas representações o "humor" liga-se à ideia de um homem ser subordinado a outro homem, sendo estereotipado a ocupar um lugar feminino. No entanto, de acordo com tal modelo, na nossa cultura, não haveria nada mais humilhante para um homem do que ser tratado como uma mulher - expressão de machismo e homofobia associados.

Apesar do silenciamento e do medo serem presentes nesta dinâmica de violência, casos nacionais tomam força e reforçam sobre a necessidade de debates sobre o assunto. Recentemente, o humorista Marcelo Adnet revelou publicamente ter sido vítima de violência sexual na infância, tendo recebido posteriormente vários relatos semelhantes de outros homens nas suas redes sociais (EL PAIS, 2021).

Este fato nos relembra que a falta de visibilidade de episódios de violência sexual masculina contribui para a disseminação no pensamento do senso comum de que esses casos não existem ou que são raros, o que não é verdade. Cabe-nos, então, abordar as questões socioculturais relacionadas aos juízos que se formam sobre a sexualidade de homens vítimas e como eles a vivenciam, bem como conhecer projetos de apoio que têm surgido no mundo todo. Um exemplo desses projetos é o *Quebrar o Silêncio*, associação de acolhimento a adolescentes

e adultos do sexo masculino que sofreram violência sexual, que, em apenas quatro anos de atuação, já recebeu aproximadamente 400 pedidos de ajuda de homens vítimas.

A partir do que foi exposto, esta pesquisa se propõe a compreender as repercussões da violência sexual infantil masculina na vida adulta. Questionamo-nos: Quais os impactos subjetivos da vivência da violência sexual na vida adulta destes indivíduos? Quais as relações entre os padrões culturais de masculinidade e o silenciamento dos casos? O que pode ser feito como contribuição para a ressignificação desta violência?

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender as consequências e os reflexos subjetivos da violência sexual infantil masculina na vida de homens adultos.

Objetivos Específicos

Compreender a relação entre os sentidos de masculinidade de homens adultos vítimas, as consequências e repercussões nos âmbitos afetivo, sexual, social e familiar e os sentidos dado às violências sexuais sofridas na infância.

2. COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA SEXUAL MASCULINA

A partir de uma ideia de similaridade entre os conceitos de abuso e violência, Faleiros e Campos (2000) caracterizam esta última como uma categoria explicativa da vitimização sexual, referindo-se ao processo e à natureza da relação de poder estabelecida no abuso sexual. No que tange ao conceito de abuso, ele trata da situação de uso excessivo, que ultrapassa os limites dos direitos humanos e legais; de abuso do poder, no qual há uma deturpação dos papéis e regras sociais e familiares, em que o adulto se aproveita da incapacidade de compreensão da situação pela vítima, e, portanto, de dar ou não o seu consentimento (FALEIROS E CAMPOS, 2000).

À vista disso, Inoutem e Ristum (2008) explicam que a utilização do termo violência sexual se torna mais pertinente, assim, para abranger as dimensões da vitimização sexual. Os autores ainda ressaltam que para analisar a violência sexual de forma mais contextualizada, é imprescindível não a isolar de intimidações constituídas como a violência psicológica e a violência física que, de maneira frequente, a acompanham.

Em virtude disto, Cashmore e Shackel (2014), em um estudo acerca de como homens e mulheres respondem ao abuso sofrido, identificaram que os meninos são mais propensos que

as meninas de, no contexto da violência sexual, também terem sofrido outros diversos danos físicos.

Barros e Rocha (2015) explicam que a violência sexual além de consistir em violação a liberdade sexual do outro, também consiste em uma violação dos direitos humanos da criança e do adolescente sendo praticada sem o consentimento da vítima. Ela pode ser classificada em intrafamiliar, extrafamiliar e exploração comercial sexual.

A violência sexual intrafamiliar é aquela que acontece dentro da família, na qual o agressor é alguém que possui uma relação de parentesco ou vínculo familiar com a vítima, tendo algum poder sobre ela, tanto do ponto de vista hierárquico (ex: pai, mãe, padrasto e tios) como do ponto de vista afetivo (ex: primos e irmãos), e que vive ou não sob o mesmo teto da vítima (ARAÚJO, 2002). Já a violência sexual extrafamiliar ocorre fora do âmbito familiar, podendo ser perpetrada por conhecidos, como vizinhos e colegas, ou por desconhecidos (INOUE E RISTUM, 2008).

A violência sexual intrafamiliar merece destaque neste estudo por tratar-se de uma dinâmica complexa, que desenvolve um exercício de poder, no qual o ofensor se coloca em lugar de superioridade na relação, naturalizando a hierarquia entre adultos e crianças, e os estereótipos de gênero.

Essa vivência de hierarquização tende a se repetir em relacionamentos futuros da vítima. Razera et.al (2014) discorrem que é por conta dessa repetição que se constitui a importância de olhar para a família como base para o sustento emocional que dá suporte para a constituição psíquica do indivíduo.

Além da violência presenciada, sofrida e sufocada por meio da transgeracionalidade da violência no âmbito familiar, a naturalização da violência sexual contra meninos na família ocorre também por meio da inserção e exposição dos meninos à prostituição, costumes que são passados de geração em geração e codificados como ações comuns à comunidade de homens.

Pfeiffer e Salvagni (2005) pontuam que o ofensor sexual se utiliza do vínculo de confiança que ele tem com a criança, e/ou com o responsável da mesma, para se aproximar dela, praticando atos que a vítima considera como demonstração de afeto ou normais em decorrência da proximidade estabelecida. O ofensor passa a ideia de que seus atos são de proteção, comuns em relações de parentesco, logo a criança não se sente acuada pelos atos, mas sim amada (PFEIFFER E SALVAGNI, 2005). O silêncio se constitui nessa relação de poder na qual geralmente um adulto submete por meio de uma moral hierárquica legitimada uma criança/adolescente, tornando mais difícil a percepção da violência pelas vítimas.

Por conta disso, as relações afetivas desses meninos e homens vitimados ficam marcadas pelo trauma da violência. Gartner (1999) reflete que quanto mais próximo o grau de relação em que o abuso acontece, maior é o sentimento de traição na violação (GARTNER, 1999; OLIVEIRA, 2017).

Ainda no contexto da violência sexual intrafamiliar, nota-se a presença do fenômeno da transgeracionalidade que é definida por Camicia et al (2016) como um conjunto de processos transmitidos de uma geração a outra, que se mantém presente ao longo da história familiar. Este processo ocorre, segundo Menda (2013) quando não há metabolização psíquica das situações, emoções e contextos repetidos, sendo assim, aquilo que não foi elaborado na história familiar, o indizível, inominável e inconfessável é transmitido para a geração futura sem ser pensado ou questionado.

No que tange, especificamente, à transgeracionalidade da violência sexual, Almeida et.al (2008), caracteriza-a como a reincidência da violência junto aos próprios filhos ou crianças/adolescentes próximos daqueles que a sofreram no passado.

Pfeiffer e Salvagni (2005) afirmam que muitos sobreviventes de abuso sexual infantil frequentemente repetem o ciclo de violência contra seus próprios filhos. De acordo com os autores: “a vítima ao se igualar com o seu agressor e se converter em molestatador, torna o abuso sexual um legado passado à próxima geração de vítimas” (p.198).

O segredo é o que viabiliza a transgeracionalidade desse fenômeno na família e corrobora para a perpetuação do silêncio, que é assegurado e mantido pelo medo e pela vergonha.

MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E ESTEREÓTIPOS SOBRE A SEXUALIDADE MASCULINA

Os estudos de gênero discutem as formas de ordenamento social que estabelecem regulações sobre as pessoas, em razão de suas concepções simbólicas e estruturais sobre o sexo e a subjetividade do desejo (comumente chamada de orientação sexual). Assim, em geral, os estudos de gênero discutem a construção de masculinidades e feminilidades e as relações entre elas na ação das pessoas. Esses estudos partem do pressuposto de que todas as nossas construções culturais, passando da língua ao sexo, são “generificadas” (BUTLER, 2012).

É importante pontuar que a categoria “gênero” ganha visibilidade e status teórico através dos movimentos feministas para fazer visível a situação do sistema patriarcal (SUAREZ; ARROYAVE, 2009). Dessa forma, é a partir da categoria “gênero” que se faz possível entendermos porque os homens tendem a incorporar um determinado modelo de

masculinidade, como e porque se relacionam a partir desse modelo com mulheres, e entre si, e por quais meios pode haver construção de performances alternativas aos imperativos do modelo hegemônico.

As performances de gênero, por sua vez, são atos e ideias dos sujeitos individuais e coletivos que, através da repetição, constroem uma noção das identidades dos sujeitos. As performances se consubstanciam em discursos, ações e relações entre diferentes sujeitos e dos próprios sujeitos para consigo mesmo. Essa repetição é fruto de uma série de coações sociais que obrigam os corpos a traduzirem as normais sociais a partir das concepções hegemônicas sobre o gênero que permeiam a sua performatividade na cultura (BUTLER, 1990). Sendo assim, é possível afirmar que a masculinidade hegemônica se organiza através de produções discursivas que se organizam como mecanismos de controle das performances de homens em nossas sociedades.

Dito isso, a masculinidade hegemônica pode ser definida como “um padrão de práticas (coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse” (CONNEL E MESSERSCHMIDT, p. 245). A masculinidade hegemônica estimula performances de gênero específicas, que se não cumpridas fazem com o que o sujeito seja visto como "menos homem:".

Segundo Suarez & Arroyave (2009), entre as principais construções simbólicas que estruturam o modelo de masculinidade hegemônica contemporânea temos: a dureza emocional, a força física, a heterossexualidade, o status social, a capacidade produtiva e reprodutiva e a condição étnico-racial branca. Outros autores, tal como Bonomo et al (2008) apontam para características como a virilidade, a lealdade, a probidade, a correção, a bravura, a sobriedade e a perseverança como centrais.

Zanello et al (2015) chama a atenção para um determinado “dispositivo de eficácia” que marca as performances de homens pautadas na masculinidade hegemônica, um dispositivo baseado na ideia de realização, construção e provisão social e muito associado à tomada de decisões em espaços relevantes socialmente (ZANELLO; SILVA, 2012).

As consequências da masculinidade hegemônica nas relações sociais são diversas, mas, em geral, atravessam o universo da violência, tornando tóxicas as relações entre homens e em relação às mulheres. Entre essas consequências encontramos uma maior propensão dos homens a cometerem violências diversas, desde as mais sutis até as mais graves, tanto contra si mesmos quanto contra os outros, principalmente, às mulheres. Machado (1998) apresenta, por exemplo, que nos discursos dos sujeitos sobre o estupro encontramos uma diversidade de posições nas representações masculinas das mulheres em relação aos homens.

Além disso, no que tange a fatores de saúde e doença, algumas desta chamam a atenção, como: as doenças isquêmicas do coração, cerebrovasculares, homicídios, acidentes em transportes terrestres e doenças crônicas das vias respiratórias inferiores que ocupam, no caso masculino, respectivamente, os cinco primeiros lugares de óbitos nesta população (SCHRAIBER, 2005). Ao se tomar como exemplo o câncer de pulmão e o de próstata, surgem dois comportamentos culturalmente marcados pelas distinções de gênero: o hábito de fumar e a falta de prevenção. Assim, para explicar e combater a maior taxa de morbimortalidade masculina, é necessário enfatizar aspectos culturais que podem comprometer a saúde masculina (GOMES, 2003; LAURENTI et al, 2005).

No que se referem às expressões de sexualidade, é importante a reflexão do quanto a cultura cis-hetero-normativa contribui para a cultura do abuso e para perpetuar o lugar do homem como violentador em nossa sociedade. Louro (2004) analisa que, culturalmente, os sexos determinam o gênero e este gênero, por sua vez, indica o desejo ou induz a ele, um desejo que deve ser referido ao gênero oposto, tornando a heterossexualidade o destino e a forma, compulsória, da sexualidade.

Como forma de garantir a linearidade entre sexo-gênero-desejo, nesta perspectiva binária de sexo e gênero, são criadas normas regulatórias sobre os corpos para “indicar-lhes limites de sanidade, de legitimidade, de moralidade ou de coerência” (LOURO, 2004, p. 82). Logo, aqueles que por alguma razão não seguem esta linearidade são vistos, segundo o autor, como sujeitos e corpos ilegítimos, imorais ou patológicos (LOURO, 2004).

As performances masculinas impostas pela construção binária de gênero e pelo modelo de masculinidade hegemônica são a virilidade sexual e a heterossexualidade. Homens que não performam tais atitudes são subalternizados. A expectativa no âmbito das relações sexuais é de que o homem seja o penetrador e nunca o penetrado (ZANELLO, 2018). Em nome desse imperativo, muitos homens, inclusive, recusam-se a fazer o exame de toque retal. Em análise, representa-se deste modo um dos componentes socioculturais mais significativos do silenciamento de casos de violência sexual masculina, dado que a virilidade sexual é uma das âncoras identitárias do dispositivo da eficácia masculina (ZANELLO, 2018).

À vista disso, os padrões hegemônicos de masculinidade são difundidos em relações de poder que defendem a figura de um homem forte, capaz de suportar dores sem alardes, não possuindo fraquezas e sendo centrado e orgulhoso de sua heterossexualidade (SOUZA 2017; ROSA E SOUZA, 2020).

Esses padrões, logo, são responsáveis por prejudicarem os meninos vítimas de violência, principalmente àqueles que foram abusados em uma dinâmica homossexual - por

terem sofrido uma violência sexual cometida por outro homem, além de serem vistos como vítimas são vistos como imorais, por não terem reproduzido a dinâmica de uma masculinidade hegemônica que os compelem a serem autores de violência e não vítima e, também, por estarem inseridos numa dinâmica onde a heterossexualidade compulsória foi corrompida.

Ainda como consequência dos estereótipos de gênero masculino, Putnam (2003) identificou em variados estudos que profissionais de saúde mental raramente questionam homens adultos sobre possíveis abusos sexuais sofridos na infância (PUTNAM, 2003). Indicando, desta forma, o quanto as construções de papéis de gênero também permeiam os círculos de profissionais da saúde que não estão devidamente qualificados para lidar com as situações de violência sexual contra meninos e homens.

O HOMEM COMO VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

É importante destacar que a maioria dos estudos apontam também para o homem como sendo o principal autor da violência sexual infantil masculina, e isso pode estar relacionado ao fator cultural, uma vez que é atribuído ao homem o atributo da violência (SEGATO, 2003). Paradoxalmente a essa representação de força conferida ao homem, a situação de violência sexual o coloca numa posição de fragilidade.

Diante das representações sobre a masculinidade discutidas acima, sugere-se que a situação de violência sexual masculina dificulte a revelação e, conseqüentemente, à notificação. Uma das hipóteses sobre o silenciamento é que esta violência pode inserir uma dúvida sobre a masculinidade do ofendido, uma vez que a penetração e o uso do corpo e dos prazeres está também associada as representações de gênero. A percepção de serem vistos como homens inferiores após o abuso os colocam numa posição feminina, atributo este que deve ser expurgado para a afirmação de uma masculinidade hegemônica (PFEIFFER E SALVAGNI, 2005; HOHENDORFF, HABIGZANG E KOLLER, 2012).

Há uma preocupação, tanto da família quanto da sociedade, em relação à forma como a violência sofrida irá repercutir nos comportamentos do menino ofendido, e se porventura pode ele reproduzir os mesmos comportamentos abusivos para com outras pessoas ou como ele, a partir desta experiência, irá significar sua própria sexualidade.

Um estudo produzido por Sorsoli, Keating e Grossman (2008), identificou também ao entrevistar 16 homens sobreviventes da violência sexual, que a vergonha, o sentimento de falta de segurança e o isolamento relacionado a carência de ter pessoas com quem falar sobre o ocorrido, foram as características mais presentes nas entrevistas quando esses homens eram questionados em relação a como se sentiam. Um dos aspectos que se apresentou de forma

importante nesse estudo, foi o fato de muitos homens apontarem que falar sobre a violência sexual sofrida seria algo difícil para a família, amigos e companheiros escutarem. Muitos permaneceram em silêncio por anos com medo das reações que teriam as pessoas próximas (SORSOLI, KEATING E GROSSMAN, 2008).

O HOMEM COMO O PRINCIPAL AUTOR DE VIOLÊNCIA SEXUAL

A maioria dos estudos apontam para o homem como sendo o principal autor da violência sexual infantil masculina, isso está relacionado ao fator cultural, como observado e analisado anteriormente.

Cossins (2000) reflete que os homens são motivados a praticarem violência sexual através das relações que possuem com outros homens. A autora destaca que certos tipos de masculinidade se sustentam em prol de uma masculinidade ideal, que seria uma forma dominante de ser homem no mundo.

À vista disso, os homens teriam diferentes formas de praticar sua sexualidade conforme o resultado do relacionamento entre os homens mais dominantes e os menos dominantes (por qualquer razão social e/ou econômica). Logo, o campo da sexualidade seria um local de reprodução de poder tanto dos homens dominantes mais próximos da masculinidade ideal quanto de homens mais marginalizados nesta hierarquia - o primeiro utiliza a sexualidade como forma de manter-se mais alto na hierarquia ideal e o segundo serve-se dos temas sexuais para colocar-se em poder acima daqueles que consideram menores ou frágeis, como mulheres e crianças (COSSINS, 2000).

A autora complementa que o sexo com crianças está em consonância com as práticas da masculinidade ideal que permite ao homem expressar a sua sexualidade através do controle e da dominância de outro ser.

Desta forma, os abusos praticados por uma figura masculina da família (padrasto, pai, irmãos ou outros membros do sexo masculino inseridos neste contexto), são internalizados pela criança e adolescente do mesmo sexo, que podem passar a naturalizar a violência e a demonstrar atos de agressividade e hipersexualidade como comportamentos esperados pelo estereótipo de gênero.

Segato (2003) aborda que tornar-se um abusador ainda está dentro dos ditames exigidos para a construção da masculinidade em uma sociedade patriarcal. Violar, portanto, acaba sendo um permanente “mandato imperativo e inconsciente” na cultura sexista (ALMEIDA, PENSO E COSTA, 2008 p. 60). De acordo com a antropóloga, o homem homossexual é considerado feminino, emasculado, e a orientação sexual divergente da norma de gênero abala mais a

família que a presença de um homem abusador, que performa uma relação de contiguidade entre sexo-gênero-orientação (SEGATO, 2003; ALMEIDA, PENSO E COSTA, 2008).

A VIOLÊNCIA SEXUAL MASCULINA E SUAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES

A violência sexual infantil é considerada como um ataque contra o corpo e a subjetividade da criança, o que pode gerar consequências e se estender para a vida adulta. Teicher (2002) relata que os “maus tratos na infância (como a violência sexual) podem ter efeitos negativos duradouros” (p.1), como exemplo as vítimas podem desenvolver, no aspecto emocional, sintomas como ansiedade e depressão. Outro possível efeito apontado pelos estudos de Teicher (2002) é a evolução de quadros de personalidades extremas, por exemplo, o distúrbio de personalidade limítrofe, no qual o indivíduo com essa disfunção tem como característica enxergar os outros em termos extremados “de preto ou branco, oito ou oitenta, muitas vezes colocando seus interlocutores num pedestal, para depois transformá-los em vilões, a partir de algo percebido como desfeita ou traição” (TEICHER, 2002 p. 2).

Garnefski e Arends (1998) desenvolveram um trabalho sobre os níveis de sintomatologias decorrentes da experiência de homens que sobreviveram a violência sexual infantil, e através dele sugeriram que os sintomas são comparáveis, e por vezes até maiores, em relação às mulheres sobreviventes do mesmo tipo de violência. Eles constataram, por exemplo, que homens que sofreram este tipo de violência tendiam a exibir, mais do que as mulheres que passaram pela mesma experiência, problemas de comportamento, incluindo agressividade e comportamentos criminosos, abuso de álcool e drogas, maior índice de evasão escolar e tentativas de suicídio (GARNEFSKI E AREND, 1998; SORSOLI, KEATING E GROSSMAN, 2008).

Calvi (2005) complementa que as consequências mais presentes em homens vítimas são sintomas de ansiedade, baixa autoestima, práticas sexuais compulsivas, abuso de álcool e drogas, depressão e tendências suicidas.

No que tange a questões de identidade, Dorais (2011) ao fazer uma distinção entre as repercussões da violência sexual contra homens e mulheres, apresenta que, diferentemente dos homens, as mulheres não apresentam crises envolvendo sua identidade, não no sentido de questionarem seu genuíno pertencimento ao gênero feminino (DORAIS, 2011; OLIVEIRA, 2017). Esta precariedade na construção da identidade e da autoestima é explícita quando, somam-se à experiência do abuso sexual os processos críticos durante o desenvolvimento de meninos e homens dentro de uma cultura machista e patriarcal.

Para além, Hohendorff, Habigzang e Koller (2012) apresentam que a hipersexualidade é uma das expressões mais comuns de consequências ocorridas, especialmente em casos que acontecem em dinâmica intrafamiliar. Também no que tange à assexualidade, o autor atribui esta questão à tentativa dos meninos e homens vítimas de manejarem o conflito que vivenciam no papel atribuído ao gênero masculino, ou seja, abdicar das relações sexuais é um caminho para evitar conflitos relacionados à homossexualidade ou à masculinidade hegemônica.

3. MÉTODO

Para desenvolvimento da pesquisa foram entrevistados seis indivíduos dos quais cinco se configuravam como vítimas de violência sexual na infância e um como profissional de psicologia que atua em projetos de apoio a homens vítimas de violência sexual.

Inicialmente, foi feito o contato com os participantes para explicar o objetivo da pesquisa e sua fundamentação ética prevista na resolução 466 CNS¹. Posteriormente, foram agendadas as entrevistas que aconteceram via online, pela plataforma de videochamadas *Google Meet*. O link foi disponibilizado para os participantes no dia da entrevista, com uma hora de antecedência. No início das entrevistas, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a fim de garantir o sigilo e os esclarecimentos necessários para a condução da pesquisa. Como forma de não identificar os participantes, foram escolhidas letras aleatórias sem conexão com os nomes reais dos entrevistados, e seus respectivos relatos.

Com o intuito de compreender o fenômeno da violência sexual infantil masculina e a forma como ela afeta a vida adulta, foi utilizado o método qualitativo de pesquisa, que visa compreender de forma subjetiva as percepções e vivências dos sujeitos. González Rey (2012) define a pesquisa qualitativa na psicologia como uma busca e explicação de processos subjetivos, que não são acessíveis à experiência. Processos esses que ele explica serem definidos na existência das inter-relações do indivíduo pesquisado, incluindo a que ele terá com o pesquisador, e que para serem compreendidas exigem o seu estudo integral, sem a fragmentação em variáveis.

Para a coleta de informações no âmbito desta pesquisa foi utilizado como instrumento a entrevista semiestruturada. Este tipo de entrevista, segundo Cozby (2003), é compreendida como uma interação entre pesquisado e pesquisador, possuindo uma implicação importante, na

¹ A Resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde, de 2012, define os preceitos éticos para a realização de pesquisa com seres humanos, garantindo a assistência ao pesquisando, consentimento, previsão de riscos e benefícios, assim como a garantia de que estes riscos serão evitados. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

qual, geralmente, estabelece-se um bom vínculo que culminará em maior vontade do participante em colaborar com o estudo. Vieira (2017) caracteriza a entrevista semiestruturada como um conjunto de perguntas e questões estabelecidas em um roteiro flexível em torno de um ou mais assuntos do interesse da pesquisa para a compreensão da percepção do fenômeno abordado pelo pesquisado (COZBY, 2003; VIEIRA, 2017).

Este tipo de entrevista proporciona trabalhar as questões de forma particular, pelo fato de possuir um roteiro, mas não se prender totalmente a ele, permitindo que o participante tenha mais liberdade em suas respostas. Com o auxílio desse tipo de instrumento, foi possível investigar de forma pessoal e mais aproximada a percepção que os indivíduos participantes têm sobre a violência sexual sofrida na infância.

Para análise de dados provenientes das entrevistas foi utilizado o método de Análise de Conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas e procedimentos sistemáticos, objetivos e descritivos dos conteúdos das mensagens, nas entrevistas, que permitiram inferências de conhecimentos relativos às condições de produção e reprodução destas mensagens. Após a transcrição das entrevistas, foram escolhidas as categorias de análise que surgirem das questões norteadoras da pesquisa (BARDIN, 2011).

Os conteúdos das entrevistas foram lidos e organizados em três categorias com suas respectivas subcategorias, sendo elas: 1) A violência sexual na vida infantil (que contém: a. Percepção da violência; b. Contexto familiar e social; c. A pornografia como preceptora e propulsora da violência sexual; d. Aspectos que propiciam o silenciamento; e. As mulheres na dinâmica da violência sexual masculina); 2) Os aspectos subjetivos da vivência da violência sexual (que contém: a. Os impactos na sexualidade; b. Os impactos no campo afetivo; c. A dificuldade de reconhecer-se como vítima; d. Sentimentos presentes na vida adulta; e. Os impactos nas relações familiares; f. Compulsões; g. Percepção de si na vida adulta); 3) As estratégias de cuidado na vida adulta (que contém: a. As formas de ressignificação da violência; b. O papel da psicoterapia; c. A importância dos grupos de apoio; d. Intervenções possíveis pelo Estado).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados decorrentes das entrevistas com os participantes, e suas respectivas discussões e reflexões, serão aqui abordados. Este processo foi categorizado seguindo o modelo de Bardin (2000) e, com isso, as entrevistas tiveram seus conteúdos caracterizados nas três seguintes categorias, que serão devidamente exploradas a seguir: a violência sexual na vida

infantil; os impactos subjetivos da vivência da violência sexual na vida adulta e as estratégias de cuidado com os impactos da violência sexual na vida adulta.

4.1 A VIOLÊNCIA SEXUAL NA VIDA INFANTIL

A presente categoria descreve a dinâmica da violência sexual contra meninos, a percepção desta violência na infância, os contextos familiares e sociais nas quais ela ocorre, a problemática da pornografia como propulsora do abuso, os aspectos que propiciam o silenciamento e o papel das mulheres na violência sexual contra meninos, tanto como autoras quanto como coniventes a violência. Desta forma, estas descrições são agrupadas em subcategorias para fins de melhor compreensão dos aspectos abordados.

4.1.1 DINÂMICA DA VIOLÊNCIA

A partir das entrevistas, vimos que as dinâmicas da violência na vida de meninos se expressam de diversas formas, podendo, inclusive, serem percebidas numa gradação de violências: de atos sutis até o ato sexual propriamente dito. Um exemplo corriqueiro de ato sutil é quando um adulto coloca a mão no órgão genital de uma criança na frente de outras pessoas dando a entender de que este ato é uma mera brincadeira.

Dito isso, um dado geral que as entrevistas apontaram e que merece discussão é o fato de que três dos entrevistados relataram ter sofrido violência sexual na infância no contexto intrafamiliar. Dos cinco entrevistados, apenas dois relataram terem sofrido violência fora deste ambiente, sendo um por uma vizinha e outro por um conhecido na escola. De todo modo, em todos os casos percebeu-se que as pessoas que cometeram a violência eram todas conhecidas da família e das próprias vítimas, tendo assim a sua confiança.

Esses dados são corroborados através de uma análise do perfil da violência contra meninos inseridos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), entre 2009 e 2017, que apontaram que os locais de maiores incidências de violência sexual contra este público são as residências das próprias vítimas e outros ambientes familiares, seguida pela escola (SILVA, et.al 2021).

Detalhando os dados obtidos, o entrevistado X relatou que os abusos vivenciados foram cometidos pelo avô materno, o entrevistado Z relatou ter sido abusado tanto pelo irmão quanto pela irmã; o entrevistado F, por sua vez, relatou que os abusos foram praticados por um primo e os amigos do mesmo. Ainda, no relato deste, chamou-se atenção para o fato de que, em sua vida adulta, soube que suas primas também haviam sido abusadas, e, inclusive o primo

abusador havia também sido vítima de violência sexual, o que revela um contexto familiar permeado por esta dinâmica. O trecho abaixo exemplifica o que foi anteriormente exposto:

“Muitas mulheres da minha família tinham sido abusadas por outros primos. Sei lá, eu ainda tô tentando entender se tem alguma relação com isso, mas chega uma hora que isso te choca e você fica meio perdido porque, poxa, é muito normal isso a todo tempo” (F).

Neste ponto, a perpetuação da violência sofrida contra outros familiares, geralmente de menor poder, é um fenômeno transgeracional. Pfeiffer e Salvagni (2005), explicitam que, neste processo, as vítimas passam a se igualarem com seus agressores, tornando a violência sexual um legado que é passado para a próxima geração de vítimas (PFEIFFER E SALVAGNI, 2005). Sendo assim, como referido anteriormente, a violência sexual presente na família revela a fragilidade, a negligência e a naturalização do abuso dentro deste ambiente.

Embora os entrevistados M e E não tenham sido abusados por familiares, os mesmos apontaram terem sido violentados em contextos de confiança. Neste sentido, é possível visualizar que a violência sexual sofrida por meninos é um fenômeno que ocorre, de maneira mais expressiva, dentro de uma conjuntura na qual as vítimas conhecem seus agressores. Isto é corroborado pelos dados divulgados através do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH, 2021), que demonstraram que de 85% a 90% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, são cometidos por alguém próximo ou conhecido das vítimas.

4.1.2 PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

Quanto a percepção que os meninos tinham à época da violência experienciada, quatro dos cinco entrevistados, de imediato, não entenderam a situação como uma violência sexual e não a puderam distinguir em noções adjetivas de certa ou errada.

Nesta lógica, para F, o abuso aconteceu mascarado de brincadeira, o que dificultou a percepção da violência. Porém, após algum tempo ele começou a compreender o teor desagradável das brincadeiras, como explicita em um trecho da entrevista:

"Eu comecei a entender aos poucos. Eu acho que eu percebi que tinha alguma coisa errada porque era sempre escondido, era uma brincadeira que sempre tinha que esconder alguma coisa" (F).

Em um caso semelhante, estudado por Oliveira et. al (2021), compreende-se que a violência sexual percebida como “brincadeira” é assim apreendida por ser tratar de uma situação de difícil elaboração para a criança. No entanto, em um primeiro momento apesar de ser compreendida com certo teor divertimento, algo a assombra com frequência em uma espécie de “espírito aterrorizante” (p.6) que a impele a uma busca por alguém que lhe ajude. O

autor ainda compara a peça *Hamlet* (1599), de Shakespeare, na qual o personagem central era atormentado pelo fantasma de seu pai morto, apesar de aparentar certa normalidade em sua personalidade, sinalizando o *esprit d'escalier*² (p.6) que puxava sua perna. Ou seja, apesar de ser apreendida como brincadeira, a violência lhe puxa a perna, sinalizando que uma vivência traumática está se estabelecendo.

X, em contrapartida, precisou de elementos exteriores para compreender a violência sofrida. O entrevistado relatou que captou a violência apenas quando a mãe descobriu e lhe revelou que o ato era errado, e também quando assistiu uma reportagem na TV sobre o assunto anos depois de sua experiência:

"Eu achava nojento, mas eu não sabia que era errado" (X).

Rosa e Souza (2020) discorrem que as relações desiguais entre crianças e adultos são percebidas pelas mesmas, sendo um dos aspectos principais para a percepção tardia da situação de violência. Além disso, a não compreensão da vivência pode levar a um estado de choque que também as impede de contar a respeito da violência para a família.

No caso de X não houve a percepção de que a situação a qual era exposto se configurava como violência, apesar de lhe causar desconforto. Nesta perspectiva, é importante destacar que a construção da sexualidade da criança independe da sua intencionalidade, o que coloca em pauta a necessidade do diálogo sobre, dentro das famílias, sobre sexualidade, apresentando às crianças noções do que é adequado ou não (BRASIL, 2017).

Nessa perspectiva, o entrevistado obteve o auxílio da mãe que o orientou a respeito da violência apresentando-lhe a mesma como tal. À vista disso, assumindo a falta de educação sexual como algo que já se deu implicitamente, assume-se, então, a necessidade de uma educação com abordagem explícita, respeitando as adequações para cada idade e contexto (BRASIL, 2017).

No que diz respeito a reportagem, também responsável pela assimilação da violência por parte de X, Osinski e Nunes (2016) discorrem a respeito da importância do jornalismo no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Tendo em vista que o seu papel é fundamental para expor os crimes, garantir a solução dos mesmos e por colocar em pauta e explorar na sociedade a temática da violência sexual, é através das informações propagadas que, tanto as crianças quanto a sua comunidade, podem estar atentos para identificar a violência sexual, e assim, conseguirem intervir.

² *Esprit d'escalier*, espírito da escada da tribuna, é uma expressão francesa que se refere ao ato mental de retomar, de maneira tardia, respostas mais satisfatórias para uma discussão que já foi finalizada (OLIVEIRA, et. al 2021).

Além destas percepções, a violência cometida contra meninos é vista pela sociedade como um privilégio, ainda mais se a mesma acontece perpetrado por uma mulher, como foi o caso de M:

"Você vai para um cabaré aos 15 anos com seus tios, e isso é um privilégio. Se a sua professora de educação física pega em você, é um privilégio. Então, naquele primeiro momento, eu não entendia como um ato de abuso sexual, mas sim como se eu tivesse sido privilegiado por ter sido abusado" (M).

As crenças e estereótipos de gênero, segundo Said e Costa (2019), quando relacionadas ao conceito de masculinidade hegemônica de força, coragem e virilidade marcam o desenvolvimento dos meninos vítimas de violência sexual, assim como influenciam suas próprias reações e principalmente a reação de familiares e da sociedade.

A violência sexual sofrida por M, com uma ofensora mulher, tem o seu contexto reforçado e naturalizado em vista dos papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres. Dessa forma, em uma sociedade na qual o homem deve expressar uma sexualidade mais proativa, e até mesmo violenta, o abuso sexual contra meninos torna-se ainda mais naturalizado e passível de ser enxergado como privilégio masculino.

Silva (2018) aponta que dinâmicas abusivas como estas, que contam com interação afetiva e noções de privilégio, tornam-se mais complexas, mais difíceis de lidar e são comumente deixadas de lado. Evidenciando assim a naturalização de aspectos como a pedofilia em prol de uma heteronormatividade reforçada mesmo nos infantes.

Ainda, diante da percepção da violência como um privilégio, o entrevistado S apontou para a constatação que tinha de que a violência se tratava de uma iniciação sexual natural. Ele citou que, apesar de sentir vergonha de contar sobre o ocorrido, tendia a naturalizar a situação:

"Ah, comigo foi uma coisa que aconteceu muito cedo e calhou de ter acontecido com o meu irmão" (S).

Carvalho (2015) destaca que a violência sexual contra meninos tende a ser naturalizada devido a concepção de que a masculinidade, como citada anteriormente, tende a enxergar esta situação como coisa de homem, ou seja, como um ritual de iniciação sexual masculina.

Culturalmente, essa justificativa ainda é frequente, pois é comum encontrar relatos de homens adultos e adolescentes que tiveram seus primeiros contatos com o sexo através de uma dinâmica abusiva e violenta, como são os casos recorrentes de meninos que são levados a prostíbulos para terem sua primeira relação sexual com prostitutas.

Apenas um dos entrevistados, E, compreendeu a situação vivida como uma violência sexual logo de imediato. O mesmo conta que, quando confrontado com a violência que se

seguiria, percebeu que se não cedesse ao agressor, haveria consequências negativas para ele, tendo em vista a agressividade com a qual foi aliciado:

"Se eu não concedesse ali, se eu não me colocasse naquela posição de submissão, aceitasse aquilo, eu ia ser muito castigado" (E).

O psicólogo entrevistado, sobre esta questão, discorreu que ao longo dos anos trabalhando com temáticas de violência sexual contra meninos percebe que o caráter de agressividade e violências físicas nesta dinâmica são muito comuns. Além disso, destacou sua percepção a respeito do caráter cruel em comparação a violência sexual praticada contra meninas, pois por haver um maior silenciamento dos meninos, os agressores tendem a utilizar "doses" de violência paulatinamente crescentes na perpetuação do abuso, tendo em vista que se sentem mais confiantes em relação a impunidade de seus atos.

4.1.3 CONTEXTO FAMILIAR E SOCIAL

No tocante aos contextos sociais e familiares nos quais a violência sexual ocorreu, de todos entrevistados, apenas a família de M não acreditou na violência sofrida por ele. M chegou a contar para a mãe e para outras pessoas da família imediatamente após a circunstância sofrida, no entanto, sua mãe não acreditou na história. Além disso, outras pessoas da família tendiam a contar-lhe que, na verdade, ele havia sonhado com aquele episódio. Essa falta de crença em seu relato acabou por definir os desdobramentos para o não reconhecimento da violência e, conseqüentemente, para que não houvesse punição a autora do crime:

"Como ninguém acreditou mais em mim, também a gente não correu atrás" (M).

Diante disso, Rosa e Souza (2020) evidenciaram em sua pesquisa que pouco mais da metade dos homens entrevistados contaram para alguém a respeito da violência sofrida e destacaram que estes foram desacreditados por seus familiares e até mesmo considerados culpados pela violência.

Desta forma, é possível compreender que para além das motivações de serem vistos como homossexuais, o silenciamento dos meninos muitas vezes não é algo decorrente dos mesmos, mas de suas dinâmicas familiares que escondem e negligenciam a situação ao silenciarem os seus relatos.

Ainda no tocante a isso, no contexto de outros dois entrevistados, X e S, as famílias acreditaram em seus relatos e até mesmo tinham consciência da violência, porém não fizeram nada a respeito. O que mostra que a violência sexual contra meninos, muitas vezes apesar de creditada pode ser banalizada, aceita e, por vezes, estimulada.

Na família de X, a violência sofrida por ele na dinâmica do abuso sexual, na qual o avô era o autor da violência, algumas pessoas da família sabiam do ocorrido e se ausentaram de ação e de proteção para com ele. No entanto, quando sua mãe descobriu houve uma cisão com essas pessoas do núcleo familiar e também uma tentativa de denúncia, porém, em conversa com suas tias, a mesma fora inclinada a não denunciar, tendo em vista o medo manifestado pela família de que o avô pudesse sofrer graves represálias dentro de uma cadeia, em uma possível prisão pelo crime:

"Minha mãe, no começo, queria denunciar ele, mas minha tia não deixou, ela ficou com medo dele ser morto na cadeia. Então minha mãe só deixou em paz lá, ela não conversa com mais ninguém de lá não" (X).

Sobre esta questão, Penso et.al (2019) reiteram que a denúncia de abuso sexual contra meninos está intimamente ligada às reações da família. Desta forma, como exposto no caso de X, a falta deste processo está relacionada ao medo que seu grupo familiar tinha de que o avô fosse preso pelo crime e, conseqüentemente, que ele pudesse sofrer retaliações mortais de outras pessoas na cadeia. Diante disso, os autores também apontam outros estudos que colocam a família de vítimas de violência sexual como parte dos fatores de risco e proteção às crianças, tanto antes quanto depois da vitimização sofrida.

No caso de S, tanto outros irmãos quanto seu próprio pai sabiam da ocorrência da violência no momento em que ela acontecia, já que foi um período recorrente. No entanto, nenhuma dessas pessoas tentou protegê-lo. Além disso, tendo em vista a sua forma de se comportar e os seus trejeitos, seus familiares subentendiam que por ser homossexual o mesmo gostava da experiência do abuso sexual. Ele explica isso no trecho abaixo:

"Uma vez estávamos conversando e ele (o pai) perguntou: que problema você tem? aí eu falei: eu tenho problemas, pai. E ele: que problema *cé* tem? O problema que *cé* é viado? E aí, eu falei: não, eu tenho problemas porque eu fui abusado por 6 anos aqui dentro dessa casa, você sempre soube e não fez nada; e aí ele falou: Abusado? Você gostava" (S).

Referente a isso, Silva e Menandro (2019) discorrem que esta percepção da violência sexual contra meninos não é exclusiva de uma única família, mas é uma visão cultural na qual, segundo os autores, o abuso contra este público desencadeia a homossexualidade, seja por curiosidade ou até mesmo por introjetarem a experiência como prazerosa.

Todavia, Perrin (2002) aponta para a contradição deste pensamento cultural, haja visto que estas visões não encontram embasamento científico nas pesquisas, pois não existem evidências que apoiem a hipótese de que a violência sexual sofrida na infância influencie na orientação sexual das vítimas.

Ademais, além desta perspectiva, Lawrenz et.al (2022) apontaram em seu estudo que os jovens pertencentes a comunidade LGBTQIA+ quando comparados aos jovens heterossexuais, têm de 3,8 vezes mais chances de sofrerem violência sexual na infância.

Destaca-se que, possivelmente, essa maior incidência de casos aponte para uma percepção social de que as crianças que performam seu gênero e sua sexualidade de modo dissidente aos padrões hegemônicos estejam em uma posição de maior vulnerabilidade, tendo em vista que há de se pensar também na violência sexual sofrida como uma forma de castigo, punição e/ou naturalização da mesma contra meninos que possuam uma orientação sexual diferente daquela imposta pela heteronormatividade masculina. De todo modo, precisamos rechaçar veementemente os argumentos de que a pessoa se tornou LGBT por causa do abuso ou de que o abuso era desejado pela pessoa por ela ser LGBT, levando em consideração que estes argumentos cristalizam esta identidade em um rótulo negativo e deixa de lado a gravidade da violência.

Além da naturalização da violência sexual, tendo em vista a sua orientação sexual, houve no contexto familiar de S a tentativa de silenciá-lo usando a justificativa dos problemas psicológicos que a mãe apresentava, como a depressão e até mesmo uma espécie de psicose. Logo, os argumentos de oposição a revelar o ocorrido para a mãe encontrava apoio na ideia de que isso apenas geraria mais sofrimento à mesma.

Santos e Dell’Aglia (2010) chamam a atenção para o pacto de silêncio que acontece na violência sexual intrafamiliar, tendo em vista que este aspecto favorece a negação do abuso em nome da união familiar, e como é visto no caso de S, também evita o sofrimento da mãe. Ainda, Costa et.al (2007) discorrem que a construção desse silêncio ocorre de maneira complexa pois envolve todo o contexto familiar, e a revelação pode gerar sofrimento para todos.

No que tange a abertura deste segredo para as mães, especificamente, os autores supracitados demonstram em seu estudo que elas também enfrentam processos de sofrimento. S, por exemplo, temia expor a matriarca. No entanto, este sofrimento está intimamente ligado a um processo de vergonha por parte das mesmas, tendo em vista que elas também precisam lidar com fofocas ao terem sua família como “alvo de bisbilhotice” (p.251) (COSTA, et.al, 2007).

Nos outros dois casos, E e F não relataram sobre a violência sexual sofrida para suas famílias, tendo em vista aspectos de distanciamento emocional entre os membros familiares ou o medo do que a revelação poderia trazer para o autor da violência.

O entrevistado E, apesar de ter contado sobre a violência, apenas o fez para sua namorada da época, que, como ele, não possuía recursos suficientes para ajudá-lo a lidar com

a situação. E decidiu não contar o caso para sua família porque temia a reação do pai, tendo medo de que ao contar-lhe o mesmo pudesse tentar matar o agressor. Por esta razão acabou muito solitário em sua vivência:

"Tinha medo de acontecer alguma violência, eles (a família) irem atrás do cara e eu acabava me responsabilizando pela reação das pessoas, então eu não falei para o meu pai porque eu pensei que ele ia atrás para matar o cara" (E).

Sobre esta perspectiva, Said e Costa (2019) apontam que o medo de revelar a violência e de expor o agressor tende a ser relacionado às consequências que podem ocorrer com as próprias vítimas e com seus familiares, como é o caso retratado por E. Além disso, este medo aponta para as mudanças na dinâmica e na rotina familiar (SAID E COSTA, 2019), tendo em vista que a revelação do abuso poderia ocasionar tragédias na família de E, na qual ele teria que lidar com as atitudes de outros frente a exposição da violência sofrida.

Todavia, em seu caso, após a entrada na vida adulta E conseguiu contar sobre a violência para a mãe, que o apoiou. No entanto, até hoje, não conseguiu contar para o pai.

Também no caso de F, o mesmo não contou sobre a violência sofrida para a família, mas aos poucos foi descobrindo que outras pessoas dentro do seu contexto familiar haviam sido abusadas sexualmente, como algumas primas e inclusive o próprio primo que o violentou. F descobriu esta informação em um momento de confronto com este primo. O entrevistado atribuiu esta falta de conversa sobre a violência a aspectos familiares, que o faziam não se sentir seguro e confortável o suficiente para fazer a revelação do abuso:

"Quando a gente é criança, a gente é muito reprimido, qualquer sentimento que vai expor é muito tratado como nada. Você vai expressar algum sentimento quando criança e, geralmente, alguém já vem te silenciando e vai dizer que é besteira. A minha família era muito rígida também, não existia demonstração de afeto"(F).

Mantovani (2020), acerca da problemática da violência sexual nas famílias apresenta que, quando reproduzido de maneira naturalizada, o abuso sexual infantil geralmente está associado a dinâmicas familiares disfuncionais, na qual a violência é a forma de comunicação da mesma. Diante disso, segundo a autora, nem todas as famílias têm recursos para se desenvolverem de maneira diferente desta que é imposta de forma transgeracional.

À vista disso, Seixas (2010) aponta que a função da família é transmitir herança cultural, valores, costumes, histórias, conhecimentos e padrões de relacionamentos e comportamento para os membros. Sendo assim, as famílias com dinâmicas violentas transmitem modelos de violência, como é possível de se perceber no caso de F, frente às situações de abuso sexual perpetradas na família.

4.1.4 A PORNOGRAFIA COMO PRECEPTORA E PROPULSORA DA VIOLÊNCIA SEXUAL

A pornografia como propulsora ou preceptora da violência sexual foi uma problemática que apareceu em três dos cinco depoimentos coletados. Verificou-se que o acesso ao conteúdo pornográfico se deu na vida dos entrevistados desde idade muito tenra e, para eles, o material pornográfico representa uma parte importante da dinâmica e da forma como a violência sexual acontecia.

A pornografia como preceptora do abuso apareceu para M de maneira muito natural e comum. A amizade com homens mais velhos e em uma situação de naturalização da exposição de menores ao consumo de pornografia, fez com que ele, desde os seus 6 anos, já estivesse em contato com esse tipo de filmografia.

Segundo Rosa e Souza (2020), a exposição precoce a conteúdos pornográficos a menores pode ser enquadrada como violência sexual sem contato físico, na qual o abusador fornece estes conteúdos às vítimas, motivando comportamentos sexuais inadequados, além de aliciá-los solicitando imagens sem roupas das mesmas, produzindo assim vídeos pornográficos e partilhando-os com outros abusadores.

É importante notar que na dinâmica abusiva referida, no caso de M, a exposição à pornografia foi uma forma de iniciar o exercício da violência sexual que culminou, através de um processo de naturalização dos abusos, na falta de credibilidade por parte de sua família em sua revelação da perpetração da violência sexual por uma mulher, sendo subtendida a vivência também como um privilégio.

Já nos casos de F e S, a pornografia fazia parte da dinâmica da violência sexual, aparecendo como propulsora da mesma. Acentua-se que no caso de F, a primeira vez em que a violência ocorreu foi através da mesma, tendo em vista que, em seu relato, o mesmo comentou ter sido abusado sexualmente ao mesmo tempo em que era exposto a pornografia. Já no caso de S, a pornografia aparecia como parte da rotina de abusos, como está exposto a seguir:

"O meu irmão, como parte dessa rotina de abuso, fornecia pornografia quando eu era criança, ele me dava acesso a isso e me incentivava" (S).

Destaca-se aqui que a indústria lucrativa da pornografia, segundo Kazmierczak et.al (2020), através de seus conteúdos sexuais, pode influenciar a prática de crimes de estupro e de violência sexual infantil tendo em vista que dentro de sites e outras plataformas é possível encontrar vídeos de cunho pedofilico e incesto infantil.

Em uma análise, os autores discorrem sobre a produção pornográfica que utiliza de aspectos infantis em seus enredos no qual colocam adultos para interpretarem papéis infantilizados, de filhas em papéis sexuais com seus pais, alunos e professores, entre outros.

Desta forma, como é possível de se visualizar no caso de S, a pornografia incita ao crime de estupro de vulnerável e de pornografia infantil, pois, assim como neste caso em que o mesmo foi violentado por seu irmão 10 anos mais velho, a exposição a este tipo de cinematografia sugere que as relações sexuais com menores de idade é algo que, para além de provocar prazer, é aceitável ou "natural" (KAZMIERCZAK et.al, 2020).

4.1.5 ASPECTOS QUE PROPICIARAM O SILENCIAMENTO

No que tange aos aspectos que propiciam o silenciamento da violência sexual sofrida, em todas as entrevistas foram extraídos os motivos pelos quais os meninos resguardaram esta experiência para si. Seja pela falta de credibilidade em sua revelação, assim como aspectos subjetivos de culpa e vergonha.

Em relação aos aspectos subjetivos do silenciamento, E e S apontaram que o sentimento de vergonha os fizera guardar segredo a respeito das violências sofridas. Além disso, o medo de ser visto como homossexual por outras pessoas, ocasionou o segredo de E:

"Como que eu, menino ali, vou falar: 'bati punheta para um cara que me abusou?'. Como isso vai ser encarado pelas pessoas? Aquilo, na minha cabeça, não fazia sentido. Então, eu acabei me calando" (E).

O medo da homossexualidade, aspecto trazido por E, é uma configuração recorrente em casos de violência sexual contra meninos quando o perpetrador também é um homem. Segundo Filho (2007), a maior dificuldade da revelação do segredo por parte dos meninos faz parte do receio de serem vistos como gays, o que implica em lidar com mais um fator de discriminação e estigma.

No caso de S, além do medo e da culpa vista como corresponsabilidade pela violência, a chantagem por parte do irmão também o constrangia a não relatar a situação:

"Era uma espécie de segredo, era uma coisa que eu tinha vergonha, tinha medo, mas eu me sentia corresponsável. Isso era parte da maneira como o meu irmão operava, de me colocar medo. Ele dizia: se contar pra minha mãe, você vai ser expulso de casa, ou, você é quem faz eu fazer isso" (S).

O segredo e o constrangimento sofrido por S, sob a perspectiva de Rosa e Souza (2020), relacionam-se com a forma na qual o agressor enxerga a vítima, em um cenário de quanto maior a diferença de idade entre eles, maior grau de indefesa possui a vítima.

Para além disso, a falta de confiança também impediu que F compartilhasse a experiência com sua família, fazendo com que conseguisse contar sua vivência apenas para a

mãe de sua filha. Como citado anteriormente, o seu ambiente familiar quando criança era de muita rigidez e falta de demonstração de sentimentos, o que o impedia de expressar seu sofrimento e também de revelar a violência:

"Sempre foi uma luta sozinha, a gente não consegue se expressar, não consegue confiar" (F).

A falta de afeto e de confiança nos agentes familiares, segundo Oliveira et.al (2021), faz com que a criança, numa perspectiva de desautorização social do seu sofrimento proveniente do abuso sexual, passe por um processo maior de traumatização, pois, a falta de validação da situação acarreta em um processo mais complexo da identificação da violência como tal, e também interfere na proteção que a vítima deveria receber por parte de sua família e do Estado.

Em vista disso, o psicólogo entrevistado, utilizando-se de estatísticas obtidas pela ONG Memórias Masculinas³, revelou que 51% dos homens que procuraram por ajuda já haviam falado para alguém sobre a experiência de violência sexual. O que aponta que, apesar da revelação sobre o abuso não ter uma porcentagem inferior, os aspectos como a naturalização, a falta de crença no relato das vítimas e a banalização do abuso sexual contra meninos, pode impedir que eles cheguem aos centros responsáveis por sua proteção e diminuam a chance desses casos serem notificados, como também as chances de possíveis intervenções. Fato este que é apontado nos casos de M e F.

4.1.6 AS MULHERES NA DINÂMICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL MASCULINA

As estatísticas e literaturas confirmam o homem como o maior perpetrador de violência sexual contra meninos, sendo eles os responsáveis por 83,7% dos casos registrados (Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, 2018). No entanto, a participação das mulheres em dinâmicas e contextos de violência sexual contra este público também é significativa, tendo em vista que, mesmo que elas não sejam as maiores autoras ativas da violência, elas possuem um papel de conivência expressivo nos casos. Por este motivo, esta dinâmica merece destaque neste estudo.

Em dois dos casos entrevistados, os de M e S, a autora da violência sexual foi uma mulher. No caso de M, a agressora foi a vizinha:

"Eu tinha amizade com as duas filhas dela. Eu tinha 6 anos e estava na casa dela brincando e ela resolveu me colocar para fazer sexo oral nela" (M).

No caso de S, ele foi abusado tanto pelo irmão quanto pela irmã. No entanto,

³ Para mais informações sobre a ONG, acesse: <https://memoriasmasculinas.org/site/>

como seu irmão possuía maiores traços de agressividade no contexto da violência e também por ser ele o autor mais frequente da violência, a situação com a sua irmã acabou sendo mais abrandada em seu relato:

"Esses episódios não eram tão frequentes. Meu irmão acabava abusando de mim, em média, uma vez por semana. Uma frequência muito grande mesmo. A minha irmã, eu consigo pensar em não mais que uma dezena de episódios" (S).

Penso et.al (2019), discorrem que as variáveis de gênero que condicionam os papéis sociais de masculino e feminino impedem o reconhecimento da mulher como perpetradora de violência sexual infantil, pois seu papel protetor e cuidador referente às crianças aparece em primeiro plano e a ideia de enxergá-las como violentadoras sexuais torna-se inconcebível.

Além disso, como é perceptível através dos relatos de M, as autoras refletem o quanto ainda é considerado másculo o menino que faz menções às atividades sexuais, mesmo que precoces, ainda que, como no caso citado, esta situação possa ser percebida como violência anos mais tarde.

Ainda, para além da perpetração do abuso pela irmã, S também sofreu negligência por parte de sua mãe. O entrevistado expôs que ao contar para ela, anos mais tarde sobre a violência sofrida, a mesma disse que não era capaz de fazer nada e lhe pediu para que não tomasse nenhuma atitude, não contando para ninguém sobre o ocorrido:

"Eu sinto muito isso hoje, no diálogo com a minha mãe, de que na verdade talvez ela nunca quisesse saber, ou por questões psicológicas ela não saberia lidar mesmo" (S).

Referente a este aspecto, Martins e Jorge (2010) explicitam que o papel conivente da mãe assume a violência sexual dentro de casa em prol de manter a estabilidade e a segurança do lar, passando a corroborar com o abuso não o reconhecendo como incesto, pois a revelação do mesmo representa, nesta perspectiva, o reconhecimento de seu fracasso no papel de mãe.

Em situação semelhante, como exposta anteriormente, X também passou por processos de negligência e conivência com o abuso, em relação às suas tias, que tinham plena consciência da violência sexual sofrida por seu sobrinho.

Desta forma, Oliveira et.al (2014) relatam sobre os efeitos traumáticos que ocorrem nos meninos vítimas quando por conta desta conivência há a quebra de confiança decorrente da exposição a práticas violentas como o abuso sexual, inseridas dentro do contexto familiar, no qual todos (ou a maioria) (d)os membros admitem a violência em prol de uma falsa "normalidade" familiar atestada exteriormente.

4.2 OS IMPACTOS SUBJETIVOS DA VIVÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL

A presente categoria aborda os aspectos consequentes à violência sexual, na vida adulta, em áreas como a sexualidade, a afetividade, a dificuldade em se reconhecer como vítima, os sentimentos presentes na vida adulta, as relações familiares e as compulsões como a pornografia, assim como os desdobramentos na percepção de si após a violência. Aqui estes aspectos também serão separados em subcategorias com o mesmo propósito da categoria anterior.

4.2.1 OS IMPACTOS NA SEXUALIDADE

No que se refere a expressão e formas de comportamentos sexuais, todos os homens entrevistados demonstraram alguma ressalva ou exacerbação nesta área. Dois deles, M e F, apresentaram uma intensa confusão em relação à própria orientação sexual, como expôs F no trecho a seguir:

"Eu ficava confuso se eu era gay, se eu era hétero, o quê que eu era" (F).

O profissional entrevistado reforçou que o acontecimento dessa confusão, referente à orientação sexual de homens que foram abusados por outros homens na infância, corresponde ao machismo cultural presente em nossa sociedade. Tendo em vista que, segundo esta cultura, quando há uma interação sexual, mesmo que sem consentimento com outros homens, os amigos, inimigos, colegas próximos e distantes vão classificar estas vítimas como homossexuais, atormentando-os com comentários e ações homofóbicas.

Este aspecto confusional em relação ao desenvolvimento da própria sexualidade é corroborado por Wright e Scalora (1996) no qual discorrem que as consequências do abuso no comportamento sexual a curto e a longo prazo revelam confusão e ansiedade a respeito da identidade sexual, principalmente quando ocorre em uma dinâmica homossexual, sendo mais conturbado especialmente para vítimas do sexo masculino (WRIGHT E SCALORA, 1996; AMAZARRAY E KOLLER, 1998).

É possível compreender que este contexto confusional e ansiogênico tem relação com os padrões de masculinidade que provoca sofrimento em relação não apenas ao abuso sofrido, mas também a homofobia que permeia este tipo de violência.

Além disso, três dos entrevistados - M, X e E - apresentaram dificuldades para exercer a sexualidade por conta de um retraimento. No caso de M, ele encontra dificuldades em exercer uma sexualidade que possa ser vista como mais agressiva, pois tem medo de ferir outras pessoas como ele fora ferido:

"Às vezes a gente tem desejos meio estranhos que a sociedade não entende muito bem e vamos tentando lidar com isso de uma forma, de uma maneira que seja saudável, que não coloque em perigo os outros, que tire a liberdade dos outros, que a gente não acabe cometendo o mesmo que foi ocasionado com a gente" (M).

O medo de M e seus desejos que podem ser interpretados pela sociedade como anormais e patológicos, encontram embasamento em pesquisas sobre o tema (BROWNE E FINKELHOR, 1986; KENDALL- TACKETT ET.AL, 1993; KNUTSON, 1995; WATSON, 1994; AMAZARRAY E KOLLER, 1998). Os comportamentos sexuais inadequados aos quais o mesmo se refere ter medo de reproduzir são relacionados a brincadeiras sexuais violentas, masturbação excessiva e o conhecimento sexual inapropriado para a idade com a qual vivenciou a violência sexual (Amazarray e Koller, 1998).

M também deixou explícita a cobrança que recebe para exercer sua sexualidade, com mais "pegada"(sic) e que ela vem principalmente de mulheres com quem ele se relaciona. Acerca disso, Portela e Silva (2003) apresentam que, culturalmente, é a partir do pênis que o menino será registrado como sendo do sexo masculino e a partir daí repetirá as normatizações socioculturais para seu sexo, no qual o foco recairá sobre seu órgão genital lhe creditando importância dentro da cultura. Desta forma, as autoras pontuam que o ideal de masculinidade recai sobre a virilidade. Logo, aqueles que rejeitam ou destoam deste padrão de exercício da sexualidade masculina, como M, encontram obstáculos e preconceitos culturais que cobram dos homens uma performance ativa e máscula no sexo.

Outrora, no caso de X, há a abstenção das relações sexuais, restringindo-se apenas às relações de amizade com que tem com mulheres. Ainda, o mesmo relata o medo de ter contato com outros homens. Spiegel (2003) discorre que meninos vítimas de violência sexual infantil que optam por não praticar relações sexuais tem por objetivo manejar o conflito decorrente da contradição entre o sofrimento provocado pelo abuso e o forte papel sexual atribuído ao gênero masculino.

Esta contradição também é explícita no caso de E, no qual o mesmo expõe dificuldades no que diz respeito aos atos de masturbação. O entrevistado contou que essa dificuldade acontece por conta das lembranças da violência que provocam sensações que "cortam totalmente o clima" (sic).

Além disso, no que tange a dificuldade para se relacionar com pessoas do mesmo sexo que o perpetrador da violência sexual infantil, como ressalta X, é um aspecto corroborado por Lira et.al (2017), que discorre a tendência que as vítimas possuem a apresentarem objeções no contato com pessoas que representem, em função dos papéis de gênero, semelhança com seus abusadores.

No que diz respeito ao exercício de uma sexualidade mais exacerbada, chegando até mesmo a um contexto de hipersexualidade, os entrevistados F e S, relataram os problemas e os sofrimentos decorrentes disto.

No caso de F, apesar da forma com a qual exercia a sua sexualidade lhe provocar angústia, o mesmo não conseguia não se deixar ser levado pelo ímpeto do sexo, como ele expõe no trecho a seguir:

"Sempre esse olhar com qualquer mulher, não olhar a beleza das pessoas como um todo, olhar apenas o corpo como um alvo, algo assim. E é algo que sempre me incomodou, mas sempre estava ali, é uma coisa que me deixava muito doido, ao mesmo tempo que me incomodava e me deixava mal, mas era mais forte" (F).

Acerca disso, Habigzang et.al (2005) explicitam que a hipersexualização de crianças vítimas de violência sexual é uma alteração do comportamento importante de ser observada e trabalhada, pois coloca as vítimas em mais uma situação de vulnerabilidade, capaz de potencializar a revitimização das mesmas.

Esta potencialização de revitimização é mais bem explícita no caso de S, o qual conta que os comportamentos de risco relacionados ao sexo estiveram presentes desde o início de sua adolescência. Em seu relato, demonstrou uma forte hipersexualidade, pois, desde os 14 anos já se encontrava com outros homens através de *chats* para ter relações sexuais, sempre com homens de idade mais avançada que a sua. Abaixo, em um trecho, ele comenta sobre os riscos em que deliberadamente se colocava e as consequências disso:

"Sempre tive essa hiperatividade sexual de risco. Eu não sei como eu não tenho nenhuma comorbidade, tipo, não fui infectado pelo HIV. Eu já tive sífilis, bem cedo até, foi aos 16 anos quando eu tive contato. Tive que procurar médico, tomar penicilina, foi horrível" (S).

À vista disso, o psicólogo pontuou em sua entrevista que o sexo sem preservativo e a compulsão sexual são sintomas percebidos por ele, referente aos homens que já atendeu e os casos que presenciou na ONG. Além disso, o mesmo expôs que além da autodestruição, estes homens também tendem a ter o potencial de destruir as relações que estão vivendo. A seguir, em um trecho da entrevista, ele demonstra de que forma isso pode acontecer:

"Tem estudos que indicam, com muita clareza, que homens que fazem sexo com homens vítimas de violência sexual tem chances altíssimas de se infectarem com HIV na vida adulta. Pois, estes homens acabam se colocando em situações de risco ao longo da idade adulta" (Profissional).

Diante disso, Said e Junior (2018) expõem que estes sintomas, dentro de um contexto não trabalhado, favorecem a não nomeação e a não interrupção da dinâmica da violência que podem agravar as consequências, aumentando também o risco de novas vitimizações e também possíveis formas de expressão de violência contra outros.

4.2.2 OS IMPACTOS NO CAMPO AFETIVO

No que tange aos aspectos afetivos contextualizados dentro das relações interpessoais destes homens vítimas entrevistados, todos apresentaram alguma perturbação de cunho pessoal e social nas relações mais próximas e/ou de representação de si e do que é ser homem no nosso contexto social e cultural.

M e F foram dois entrevistados que pontuaram a resposta de violência frente a alguns contextos relacionais. Para M, sua maior dificuldade refere-se às relações com as pessoas, tanto no que concerne a questões amorosas, de amizade, familiares e sexuais, pois, para ele, tudo tem um teor de cobrança social. O mesmo ainda relatou sobre sua insegurança frente às relações:

"A forma que os homens aprenderam a responder à insegurança não é através das emoções, dos sentimentos, de ficar chorando. Então, a gente responde com violência por causa de um contexto histórico que não é levado a sério" (M).

Este aspecto pontuado por M é corroborado por Said e Costa (2019), que destacam que os estigmas que envolvem o conceito de masculinidade na nossa sociedade não suportam que a fragilidade, o medo e a insegurança façam parte do que é considerado como comportamento masculino. Por estes motivos, é importante refletir sobre o argumento utilizado pelo entrevistado, que abriga as razões pelas quais os homens, geralmente, tendem a utilizarem-se da violência para lidar com os sentimentos culturalmente discriminados como femininos.

Assim como M, o entrevistado F demonstrou em seu relato não conseguir se relacionar de maneira saudável, principalmente com as mulheres, e que isto o fazia sempre colocar limites em seus sentimentos, impedindo suas demonstrações. Logo, o mesmo relatou compreender que acabava repetindo a violência sofrida, sempre tendo relações com teor agressivo.

Além das respostas de violência, há também a posição de passividade com as quais os três entrevistados restantes se colocam diante de suas relações. E pontuou ter tendido para um polo passivo, X pautou evitar o contato com homens por conta de seu medo, além de ter adotado uma postura quase que inativa perante as suas relações.

Ademais, no caso de S, o mesmo expôs que por conta da violência sofrida acabou se colocando em diversas outras situações abusivas, em um tom de repetição da sua posição de submissão ao abuso. No trecho a seguir, ele detalha este aspecto:

"Era uma coisa que se repetia, meio que eu sempre acabava numa posição de abuso, sempre era vítima de alguma coisa. Como se eu, não sei, como se eu atraísse isso ou como se eu me colocasse nessa posição" (S).

A respeito deste aspecto de passividade, Oliveira et.al (2021) apresentam que o trauma decorrente da violência estabelece incapacidade em superar a situação de desprazer por conta própria. Por isso, tendo o objetivo de conter esta angústia ocorre uma reação de auto

aniquilação. Além disso, o autor apresenta que uma dessas reações possíveis é a instalação de uma passividade incapacitante em opor resistência.

Em relação a isso, o profissional entrevistado abordou que esta situação de se colocar em situações de potencial violência e abuso é uma característica recorrente nos casos de violência sexual cometida contra meninos. Isto acontece porque, segundo o mesmo, a violência é cometida por pessoas que deveriam cuidar destas vítimas, e essa violência acaba por romper com a sensação de autoproteção e autocuidado. Ele ainda traz um dado preocupante sobre esta situação:

"Se um menino foi vítima lá na infância e na adolescência, ele tem uma chance exagerada, que beira os 400%, de sofrer também uma violência sexual na idade adulta. E isso é decorrente do fato de a violência sexual destruir as barreiras de autoproteção, auto segurança e auto instinto" (Profissional).

Segundo alguns estudiosos, em muitos casos, as vítimas de violência sexual assumem a culpa pelo abuso sofrido tornando-se passiva em suas relações, esperando receber do outro o amor e a compreensão que não receberam quando precisavam em um momento de sofrimento e extrema vulnerabilidade. Logo, nesta posição passiva, aprendem que o seu bem-estar depende de outra pessoa e, desta forma, acabam se expondo a situações desfavoráveis (CROCKER, 1981; ANTONY E ALMEIDA, 2018).

4.2.3 A DIFICULDADE DE RECONHECER-SE COMO VÍTIMA

Um ponto importante encontrado nas entrevistas diz respeito à resistência dos homens de se colocarem como vítimas da violência sofrida. Apesar de todos falarem sobre a violência que sofreram, destacou-se, como na fala apresentada a seguir, a entrevista de E:

"Não gosto de me colocar num lugar de vítima eterna, sabe?" (E).

É compreensível todo o relato de E, até este momento, no qual ele mesmo percebe as outras vitimizações pela qual passou, que teve como consequência a sua passividade perante o mundo. Neste caso, E é um homem que participa de grupos de masculinidade, no entanto, mesmo falando abertamente sobre a violência que sofreu, percebe-se uma barreira em relação ao reconhecimento de seu papel de vítima no contexto do abuso. Em muitos momentos, o entrevistado utilizou de exemplos a respeito do machismo e do patriarcado como uma forma de distanciar-se de seu próprio relato.

Em relação a isso, pesquisas apontam que a vivência de um trauma físico e psicológico faz com que a vítima tenha respostas dissociadas, apresente dificuldade de intimidade e seja emocionalmente distante (BLANCHARD, 1996; SILVA, 2018). Além disso, Medeiros (2013) explica que este distanciamento emocional se liga ao medo de ausências que permearam a

vivência traumática do abuso, além de uma dificuldade em se lembrar do que realmente ocorreu na dinâmica da violência.

Percebe-se que distanciar-se do próprio relato, além de representar todas estas situações expostas, também demonstra o mal-estar que falar sobre a violência causa, tanto por se tratar de um momento de extremo sofrimento quanto por encaixar-se em uma situação socialmente inadmissível na vida de um homem.

Já no caso de F é perceptível que a sua relutância se conecta a necessidade de criar sua filha longe de pensamentos invasivos, decorrentes da violência, que lhe geram desespero. No entanto, em outros momentos o mesmo comentou sobre a corresponsabilidade que sentia diante do abuso sofrido.

Barros e Freitas (2015) apontaram em seus estudos que, em casos de violência sexual, pode-se perceber nas vítimas a ocorrência de pensamentos invasivos e intrusivos. Além disso, como foi já abordado anteriormente e confirmado pela literatura a respeito do tema, os conflitos internos e a forma enxergar-se no mundo também fica afetada, o que pode gerar e/ou agravar esses pensamentos citados.

Para além, a respeito do sentimento de corresponsabilidade relatado por F, Furniss (2002) pondera que a participação da criança na violência elucidada o sentimento de culpa sentido pelas vítimas. Além disso, a autora expõe que este sentimento se origina do senso equivocado de responsabilidade, que muitas vezes é reforçada por meio de ameaças advindas do abusador e da noção de que será culpabilizado pelas consequências caso revele o abuso.

M, assim como E, demonstrou compreender aspectos da própria vitimização, porém, abordou de maneira mais distante, contando perceber que muitos de seus amigos mais próximos também passaram pela experiência de violência sexual, mas que, contrariamente do que é para M, eles compreendem a violência ainda em um aspecto de naturalização e privilégio.

Oliveira et.al (2021) descrevem a comoção psíquica como um resultado advindo de um desprazer que não pode ser superado através do afastamento do perigo por meio de uma reação de defesa física, como é o trauma decorrente da violência sexual. Com isso, iniciam-se reações adaptativas em relação à realidade violenta como meio de conter a dor. Desta forma, entende-se que o afastamento emocional e descritivo do relato pessoal, em relação à vivência traumática, seja uma forma de adaptar-se a esta realidade, como forma de proteção e defesa contra o sofrimento.

No caso de X, a compreensão que possui acerca da violência é perpassada pelas consequências advindas da mesma em sua vida, tendo em vista o seu medo de ter contato com outros homens e ser vítima novamente de algum tipo de violência. Logo, é possível perceber o

reconhecimento que o entrevistado tem acerca do papel vitimizador que lhe foi designado no exercício da violência sofrida.

Em relação ao medo de se socializar com outros homens, Serafim et.al (2011) expõe que este sentimento se apresenta como consequência do escasso recurso interno, próprio da idade, para lidar com a situação de violência. Por conta disso, o autor pondera sobre o favorecimento do desenvolvimento de comportamentos desadaptativos, como o isolamento, o retraimento social e a depressão, que como é exposto através da história de X, também pode se prolongar para a vida adulta.

Ainda, à vista disso, compreende-se que pelo fato de a violência ter sido perpetrada por uma figura do sexo masculino, houve uma generalização deste medo para outras figuras do mesmo sexo, e, com isso, o receio de ser abusado novamente por aqueles que representam o papel de gênero do seu agressor: o homem.

A respeito do caso de S, por algum tempo e por influência de sua família, ele compreendia que possuía corresponsabilidade referente a violência sexual cometida por seu irmão. No entanto, esta ideia foi aos poucos sendo desconstruída pelo incômodo que sentia em relação aos episódios de abuso. A seguir, em um trecho retirado de sua entrevista, ele demonstra a necessidade de fazer-se ser percebido como vítima violência sexual:

"Eu passei por vários estágios, tanto, não sei, uma sublimação, um recalque. Até que hoje eu entendo que é uma escolha que eu tenho. Que eu posso exigir do Estado uma posição, uma vez que a minha família não foi capaz, não teve interesse em ter; então, exigir que o Estado reconheça essa violência" (S).

O reconhecimento da vitimização na violência sexual masculina, segundo Rosa e Souza (2020), é um processo de difícil elaboração tanto por parte da vítima quanto por parte do contexto social em que ela está inserida. Isto acontece porque, conforme explicam os autores, ainda existe uma ideia cultural de que os meninos precisam apresentar comportamentos sexuais ainda muito novos, sendo estimulados a isso por pessoas mais velhas que são responsáveis por lhes ensinarem como um homem deve se comportar. Com isso, depreende-se que muito do que consiste a necessidade de S em ser reconhecido como vítima de abuso deve-se à negligência com a qual fora tratado por sua família e ao processo de normalização da violência ao qual foi submetido.

Através do que foi exposto nos relatos apresentados, percebeu-se a ambiguidade no sentido de reconhecer-se como vítima de violência sexual. Apesar dos entrevistados compreenderem os impactos do machismo e do patriarcado sobre a vivência de uma vitimização na vida masculina, os mesmos ainda parecem utilizar-se de nomenclaturas teóricas para afastarem-se verbalmente de seus próprios relatos.

A partir disso, o profissional entrevistado pontuou que a construção da masculinidade não permite ao homem perceber-se como vítima, pois entrar em contato com a possibilidade de ser visto como vulnerável ou frágil é assumir que alguém os colocou nesse lugar, um lugar não aceito para um homem estar.

4.2.4 SENTIMENTOS PRESENTES NA VIDA ADULTA

No que tange aos relatos dos sentimentos subsequentes a violência, já na vida adulta, o tema apareceu em quatro das cinco entrevistas realizadas, pontuando sentimentos enfáticos como consequência subjetiva na percepção do abuso sofrida por esses homens. Os sentimentos presentes nos relatos relacionam-se à: vergonha, solidão, raiva, culpa, tristeza e estados depressivos.

O sentimento de vergonha apareceu em dois relatos, tanto de X quanto de F. Relacionou-se ainda à vergonha de falar na própria entrevista sobre o ocorrido, como foi com X. O entrevistado revelou que nunca havia contado, anteriormente, para ninguém a respeito da violência sofrida por ter muita vergonha. F também refletiu ao longo da entrevista que sempre andava com vergonha do próprio corpo e com vergonha de quem ele era, além de sempre se esconder tentando reprimir quem ele é.

A vergonha, conforme explicita Gaulejac (2006), é um sentimento intrinsecamente humano quando há uma vivência de alguma situação degradante que contenha injustiça e maus-tratos. A impossibilidade de reação nestas situações descritas e tendo a clareza da indignidade na qual ela coloca o sujeito é a razão para o sentimento de vergonha. Como é apresentado nos casos de E e F, e analisado pelo autor, a vergonha resolve o impasse da não reação diante daquilo que é intolerável, logo, ela é acompanhada do segredo pois não houve possibilidade de simbolização dos fatos vividos (GAULEJAC, 2006).

Em relação a solidão, F também relatou senti-la. Comentou sentir-se solitário por não conseguir expressar o que sentia e que a violência vivenciada foi mantida em segredo por medo da crítica, o que lhe deixava ainda mais isolado. Além de F, E também demonstrou sentimentos de solidão pela falta de acolhimento.

Oliveira et.al (2021) trazem uma discussão a respeito de que o trauma causado pela experiência da violência sexual se instaura a partir de uma total desesperança desencadeada pela solidão, que foi provocada pela desautorização do sofrimento do menino vítima. Desta forma, pontua-se que a falta de elaboração da violência e o desprestígio dado ao relato dos meninos e homens é base material para o sofrimento intenso e o isolamento dos mesmos.

Ainda nos relatos coletados, o sentimento de raiva apareceu interligado com o sentimento de culpa. Em três dos participantes que relataram este sentimento - E, F e S - dois deles, F e S, expõem esta ligação. O entrevistado E sentiu muita raiva em relação a violência sofrida, raiva esta que foi reprimida por muito tempo; S relatou sentir muita raiva, tanto do seu agressor quanto de si mesmo, pois em alguns momentos se culpava pensando no porque deixara o abuso acontecer; F possuía sentimentos de raiva referentes ao seu agressor, e por conta de sua convivência próxima com ele, assim como S, chegou ao ponto de começar a se sentir culpado, tendo em vista que já não sabia mais lidar com a proximidade com o autor da violência:

"Eu comecei a ir por esse lado de me colocar como o culpado da situação para tentar perdoar esse meu primo e tentar amenizar as coisas" (F).

A raiva é um aspecto real e presente na construção psíquica da vivência da violência, fato este que pode ser confirmado em outros estudos sobre a temática (FELIPE et.al. 2021; ARAÚJO, 2002; FONSECA et.al. 202; SERAFIM et.al. 2011). Amazarray e Koller (1998) enquadram a raiva no aspecto de excitação aumentada, quando o indivíduo vítima experiencia uma situação incontrolável e aterrorizante como a violência sexual. Nos casos supracitados, a ligação da raiva com a culpa também pode ser entendida como uma resposta à proximidade das vítimas com os agressores, pois entende-se que eles foram abusados por pessoas pelas quais nutriam confiança e afeto, o que gera sentimentos de ambiguidade afetiva.

Também a tristeza e os estados depressivos foram relatados por dois dos entrevistados, F e S. Para F, a tristeza o acompanhou por um longo período, segundo o mesmo, uma tristeza que não conseguia compreender a razão, além de uma grande falta de estima por si mesmo. À vista disso, a pornografia aparecia em um contexto decorrente de angústia, como é apresentado no trecho a seguir:

"Acho que não teve um dia que eu não senti alguma angústia em algum momento do dia e precisava me aliviar, precisava descarregar" (F).

Os sentimentos de tristeza e o estado depressivo de S também se comparam ao de F. Em um trecho de sua entrevista, ele relata o seguinte:

"Eu não consigo pensar num momento da minha vida em que eu não estava num estado depressivo. Até mesmo agora, que é o melhor momento da minha vida, de mais clareza e tranquilidade. Ainda assim, eu não consigo dizer: poxa, eu tô bem. Porque eu nunca estive bem" (S).

Conceição et.al (2020) evidenciaram que a depressão é um registro com predominância em dados que apresentam aspectos relativos à violência sexual infantil masculina, corroborando os achados deste presente estudo. Além disso, a tentativa de suicídio foi um outro

achado que expressa a gravidade das consequências do abuso, pontuando a forte associação entre a violência e a ideação suicida, e uma possível consumação do ato. Este último aspecto também confirma o que foi encontrado na entrevista de S, o qual por conta do abuso e da desvalidação de seu sofrimento atentou contra a própria vida.

4.2.5 OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES

Os cinco entrevistados trazem perspectivas distintas, mas estruturalmente parecidas, no que concerne ao relacionamento familiar na atualidade. Para três deles, a relação familiar apresenta-se de forma tranquila nos dias atuais.

No caso de M, já na idade adulta, ele resolveu contar novamente sobre a violência para a mãe, pois compreendeu que precisava contar a ela o quanto isso tinha influenciado na pessoa que ele é hoje. M relatou que, atualmente, a mãe diz acreditar em seu relato, mas que no quando contou não se importava se ela acreditaria ou não. Todos da família sempre o acharam muito sensível e ligavam isso a uma tendência a homossexualidade, e, por isso, ele queria contar que, na verdade, esse jeito de ser sensível estava conectado a busca de uma não dominação masculina.

X atualmente não possui nenhum contato com seu agressor e, conseqüentemente, com as tias que não o protegeram. A relação familiar é restrita à sua mãe, que por conta do ocorrido, se distanciou do pai e das irmãs.

Esse distanciamento familiar é consequência de uma ruptura com valores que Faleiros et. al (2006) descrevem como sendo marcados pelo machismo, patriarcalismo e a submissão das crianças aos adultos. Segundo os autores, todos estes valores se articulam com as condições e dinâmicas familiares, manifestando questões de poder que atravessam as áreas afetivas e sexuais, assim como é apresentado no caso de X, no qual tanto ele como sua mãe romperam os vínculos familiares com as tias que tomaram partido a favor de seu avô.

Em relação a E, o mesmo conseguiu contar para a mãe a respeito da violência há pouco tempo e recebeu apoio da mesma:

"Ela falou que se eu tivesse contado isso antes, ou na época, ela ia me acolher também e que estava tudo bem, mas que ela estava feliz porque eu tinha contado isso para ela e até estreitou nosso laço" (E).

Em uma pesquisa realizada por Santos e Dell'Aglio (2009), as autoras ressaltaram que as manifestações de apoio da família reduzem significativamente os sintomas estressores nas vítimas, indicando assim o apoio social como um mediador e amortecedor frente a eventos traumáticos como a violência sexual.

Desta forma, o relato de E que compreende o estreitamento do laço maternal, trata mais do que apenas um alívio em expor seu sofrimento, mas versa sobre uma forma de legitimar sua dor e lidar com ela possuindo apoio familiar para isso.

Já os casos de F e S revelam uma tensão na relação com a família, que acabou por ser quase inexistente ou extremamente conflituosa.

F, por ter uma relação de distanciamento emocional com a família, não chegou a comunicar-lhes a respeito da violência sofrido. A única pessoa de seu círculo familiar com quem conversou a respeito foi com o próprio primo que o violentou:

"Foi muito difícil, eu consegui mandar uma mensagem para ele questionando se ele lembrava, se ele pensava sobre isso. E aí que ele falou que também tinha sido abusado e que ele queria pedir perdão, mas nunca conseguiu" (F).

Segundo Siqueira et.al (2011) a falta de apoio familiar e o distanciamento afetivo neste contexto, como relatado no caso de F, marca a família como um fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias como consequência da violência sexual. Além disso, faz parte dos fatores de risco a negação do abuso e a ineficiência da rede de apoio da vítima. Por esta razão, identifica-se a necessidade de dar maior atenção ao contexto familiar de meninos vítimas de violência sexual.

Com S, a situação familiar atual é ruim. O agressor, por ser seu irmão, recebeu proteção da família. O entrevistado relatou que após uma tentativa de suicídio contou para a mãe pela primeira vez sobre o ocorrido e chocou-se, pois, tinha a esperança de ser acolhido pela mesma, no entanto, não foi isso que aconteceu. Atualmente, S está entrando com uma denúncia contra o irmão no Ministério Público, o que enfraqueceu mais ainda as suas relações familiares:

"Eu falei para ela (a mãe): se eu denunciar, você depõe? E aí, ela falou que não: não, eu não tenho preparo psicológico para isso. E meio que eu tentei levar, não sei, é como se eu nunca quisesse acreditar que realmente no final disso ia ser todo mundo se negando a me ajudar mesmo" (S).

Corroborando o contexto de sofrimento intenso vivido por S, Gomes e Faria (2017) explicam que as consequências e os efeitos da violência sexual são intensificados de maneira proporcional à proximidade que a vítima tem com o abusador, além de poderem ser agravadas na ausência de apoio das figuras parentais.

O profissional entrevistado, sobre estas dinâmicas familiares, relatou que dentro da família, em um contexto de violência sexual contra meninos, a chance de silenciamento é muito maior:

"Há um silenciamento da família porque você assumir que, por exemplo, o seu tio estuprou o seu primo é assumir duas coisas: a primeira, que esse menino não foi capaz de se proteger e a segunda é assumir que esse tio, que todo mundo sabe que é hétero, teve um comportamento homossexual. Então, será que ele é gay?" (Profissional).

4.2.6 COMPULSÕES

Também como consequências provenientes da violência sexual infantil, os entrevistados relataram comportamentos compulsivos, e entre eles os que mais tiveram destaque foram os transtornos alimentares e o vício em pornografia.

Em relação ao desenvolvimento de compulsões e transtornos alimentares, M e F apresentaram estes sintomas relacionados à obesidade. M contou que desenvolveu obesidade logo na adolescência, e conectou sua compulsão alimentar com a violência sexual sofrida:

"Eu tenho, para mim, que por ter sido sexo oral, eu não sei, e talvez numa relação de vergonha do meu corpo, a obesidade talvez tenha um vínculo com esse abuso sexual" (M).

O mesmo complementa que provavelmente todo esse aspecto tenha ligação com o desamor que tinha por si mesmo. Além da insegurança decorrente da violência sexual, ele também era, segundo o mesmo, menosprezado sexualmente por conta da obesidade.

A respeito disso, Fuemmeler et.al (2009), obteve em seus estudos indicativos de que homens adultos com histórico de violência sexual na infância possuíam um risco maior de desenvolver sobrepeso e obesidade. Além disso, Almeida et.al (2020) discorrem que experiências traumáticas vividas na infância, tal qual o abuso, deixam marcas importantes que podem levar ao desencadeamento de transtornos alimentares na vida adulta, como os problemas de aumento de peso. Geralmente, segundo os autores, o desenvolvimento da obesidade é vivenciado como uma forma de autoproteção.

Ainda, outra problemática de transtorno alimentar, como a bulimia, fez parte da vida de S, que aos 18 anos procurou ajuda para tratá-la. Uma reflexão acerca deste transtorno alimentar é apresentada por Besteiro et.al (2020), que discutem que a bulimia pode ser encarada como uma forma de purificação simbólica de si, um ato que permite recuperar o próprio sentido. Desta forma, o corpo é utilizado como uma forma de expressão e penitência do pecado, assim, o vômito atua como um ritual de limpeza para algumas vítimas de abuso sexual (BESTEIRO, et.al 2020).

Três dos cinco entrevistados, M, F e S relataram compulsão pelo consumo de pornografia. Para M, o vício em pornografia consistiu como uma forma de viver sua vida sexual que não possibilitasse sofrimento ou violência para outras pessoas:

"Eu estava lá assistindo pornografia violenta e satisfazendo desejos através do ato masturbatório, mas não colocando-os em prática" (M).

Neste contexto, Bensusan (2006) expõe que a violência, e podemos pensar também na satisfação dos desejos violentos, é um gargalo na circulação das necessidades que temos, ou seja, tanto o acesso restrito aos meios de produção e autopreservação quanto aos meios de

conforto emocional são pontos que podem provocar o potencial de violência nos humanos. Essa escassez de bens e serviços são próprios à vida, logo, segundo a autora, se a escassez é natural, então a conexão entre violência e sexo entre humanos também é. Isto significa pensar, no caso de M, que existe uma correlação entre a escassez de recursos para lidar com o trauma com o consumo de pornografia violenta, tendo em vista a forma precária e restrita de afeto com a qual teve seu primeiro contato com o sexo.

Também para F, a pornografia funcionava como válvula de escape para os próprios sentimentos e emoções eliciados pelas lembranças ou desconfortos provocados pela violência sexual sofrida:

"Qualquer emoção que eu não conseguia entender, eu sempre fugia para a pornografia ou para a masturbação" (F).

Joron (2014) reflete sobre o teor de alívio que a pornografia provoca, tendo em vista que é nela que se encontra aquilo que o sujeito produz secretamente. Desta forma, as imagens e cenas pornográficas possuem o potencial de escape porque acionam e eliminam complexos e tabus, ou seja, aparece como uma forma de superação da própria culpa na medida em que transmite e apresenta aquilo que o próprio sujeito não conseguiria fazer sem alguma medida de conflito consigo.

Além disso, no que tange ao aspecto da fuga para a masturbação excessiva, estudos diversos (FLORENTINO, 2015; OLIVEIRA E SARTORI, 2019; HERNÁNDEZ, 2016) apontam para este aspecto como sendo uma possível consequência decorrente da violência sexual sofrida na infância, tendo em vista que o abuso provoca perturbações no desenvolvimento de uma sexualidade saudável, levando o indivíduo a buscar formas de exercê-la de maneira desajustada.

Através de um longo período que contou com a ajuda de serviços psicológicos, F começou a compreender a ligação da violência sexual sofrida com a questão do vício em pornografia e do descontrole sexual.

No caso de S, o mesmo relatou que em uma época de sua adolescência consumia pornografia incestuosa:

"Eu acho que isso é o máximo que já atravessou a minha fantasia. Mas, depois de um tempo, na minha vida adulta, eu entendi que não era saudável. Eu entendi que isso estava me levando para um lugar de sofrimento e que por mais que existisse um prazer físico por conta do estímulo, esse lugar não era um lugar bom" (S).

Silva, Simeão e Rodrigues (2017) refletem que apesar da pornografia assumir significados devastadores, a mesma ainda possui um modo de recurso nas interações sexuais muito humanas, tornando o contexto e o cenário ideal para que desejos primitivos e entendidos

como repugnantes se manifestem nas mais variadas possibilidades de provocar prazer e satisfação.

4.2.7 PERCEPÇÃO DE SI NA VIDA ADULTA

Quatro dos cinco entrevistados abordaram algumas percepções de si, atualmente. Um deles, M, pontuou a sua percepção sobre o quanto a violência sofrida o fez diferente em aspectos relacionados a uma comparação com outros homens que, em sua concepção, exercem uma masculinidade mais hostil:

"Eu acho que o abuso me fez diferente. É triste, é cruel a gente ser abusado, mas hoje eu pude ser uma pessoa totalmente diferente do que a gente encontra por aí dos homens" (M).

Os entrevistados, em sua maioria, possuem o medo de serem comparados ou vistos como potenciais agressores sexuais, tendo em vista o julgamento social que é feito quando homens revelam terem sofrido violência sexual. É de senso comum o imaginário de que o homem abusado se torna potencialmente um abusador, e este discurso além de produzir sofrimento também distancia homens e meninos abusados de denunciarem e procurarem ajuda. Isso é exposto também por M no seguinte trecho:

"Eu relutava em expressar uma certa virilidade sexual por medo de estar incentivando a essa direção de um dia talvez eu cometer algo parecido com o que aconteceu comigo" (M).

Apesar da relação culturalmente constituída entre sofrer violência sexual na infância e a possibilidade de tornar-se um agressor sexual no futuro, é possível identificá-la como uma crença errônea. Através do estudo de Glasser et.al (2018) que procurou investigar a ligação entre os dois aspectos supracitados, verificou-se que apenas 35% dos agressores sexuais declararam terem sido vítimas de abuso sexual, demonstrando assim o quanto a associação entre os dois fatores não possui embasamento na realidade dos fatos.

Além disso, por conta do medo de ser visto como autor de violência e também em decorrência das consequências negativas que a vivência da violência sexual provocou nas formas de se relacionar afetivamente com outras pessoas, o participante F relatou que por muito tempo enxergou-se como uma pessoa ruim e violenta:

"Achava que realmente eu era uma pessoa muito ruim que não ia conseguir ter nenhuma relação íntima de uma forma saudável" (F).

As informações acima são corroboradas pela análise do profissional entrevistado, que pontuou que um dos maiores medos dos homens é de serem identificados como gays ou como agressores sexuais em potencial:

“O machismo interfere profundamente em como os homens falam ou deixam de falar sobre a violência, porque é paralisante para eles, os homens vítimas, serem identificados tanto como gays quanto como seus agressores” (Profissional).

É interessante notar que os medos mais frequentes dos homens entrevistados se relacionam, de algum modo, a homossexualidade e a possibilidade de tornar-se agressor sexual. À vista disso, Eccel, Saraiva e Carrieri (2015) elucidam que a percepção social do homem homossexual se assume como algo pejorativo e agressivo para a sociedade, sendo visto como violência ao que é tido como moral e bom costume. Em uma análise psicanalítica, Andrade e Ferrari (2009) debatem sobre o quanto o recalçamento e a satisfação de pulsões homossexuais e agressivas dos indivíduos tendiam em prol da sobrevivência da civilização, uma como forma de garantir a procriação e a outra com o objetivo de garantir a segurança do coletivo. Com isso, nota-se a necessidade de estudos que busquem compreender, de modo mais aprofundado, as relações existentes entre os medos citados e suas concepções no mundo contemporâneo.

Ademais, para além destas duas percepções, dois entrevistados trouxeram um olhar sobre si relacionado à ideia de libertação, tanto no que tange a aspectos subjetivos quanto relacionais, como é o caso de E e S, respectivamente.

Assim, após algum tempo, já mais consciente da violência sexual sofrida, E revelou que agora tem reconhecido mais a raiva dentro de si e tem se conscientizado sobre as formas de manifestá-la, além de resgatar sua força para não se colocar mais em posição de passividade. Além disso, ele relata a sua vontade de dar voz às vítimas de abuso sexual:

"As coisas acontecem como tem que acontecer, mas ao mesmo tempo muitas coisas podem ser evitadas. Mas, como isso não foi evitado, eu trago comigo a força de dar voz ao abuso masculino" (E).

No caso de S, a libertação de um silenciamento provocado pela própria família, fez com que ele começasse a enxergar novas possibilidades de vida para si, além de conquistar uma nova perspectiva na forma de enxergar-se no mundo:

"Eu nunca imaginei que eu fosse chegar até aqui, achei que eu fosse me suicidar antes. Eu nunca imaginei que eu fosse viver até aqui, então, é por mim" (S).

Com isto, foi possível perceber as repercussões da violência no âmbito subjetivo dos participantes, destacando seus sentimentos negativos, as consequências nas relações interpessoais e as compulsões apresentadas. No entanto, é possível analisar que apesar dos efeitos danosos do abuso sexual na vida destes homens, é viável a sua superação, tanto ao dar voz a violência sofrida quanto ao dar força a outros homens que sofreram o mesmo.

4.3 AS ESTRATÉGIAS DE CUIDADO NA VIDA ADULTA

A última categoria aborda as estratégias de cuidado que os homens que sofreram violência sexual criaram, adaptaram ou se submeteram para lidar com os impactos desta vivência. Por vezes, as estratégias de cuidado também se transformaram em estratégias de evitarem serem vistos como possíveis agressores sexuais pelas pessoas que, porventura, soubessem de seus históricos de abusos sofridos.

Logo, a presente categoria aborda as formas de ressignificação da violência, o papel da terapia na vida destes homens, a necessidade dos grupos de apoio e as formas de intervenção possíveis pelo Estado. Todas organizadas em subcategorias como as anteriores.

4.3.1 AS FORMAS DE RESSIGNIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA

No que tange ao aspecto de ressignificação da violência, foram analisadas as duas formas presentes nos relatos: através de luta e libertação. Três dos entrevistados, sendo eles, M, F e S apresentaram visões acerca de uma luta, tanto pessoal quanto social, em relação ao abuso sofrido.

Para F, a ressignificação como luta foi sendo construída através de seu processo de evolução e observação referentes a si mesmo após o contexto de violência. Segundo ele, por observar que a sociedade trata as questões referentes a violência sexual de maneira naturalizada, ele tem como esperança e meta ajudar mais pessoas a se entenderem como "pessoas do bem" (sic).

Esta forma de ressignificação possui sentido para Kristensen (1996) tendo em vista que, para o autor, o contexto de reações percebidas em meninos que sofreram violência sexual são experienciadas na potencialização e na atualização de uma relação abusiva com o mundo, tanto no que tange às relações consigo mesmo, podendo provocar revitimizicações, quanto no que tange às relações com os outros, podendo ser evocados comportamentos abusivos. Logo, tratar as questões relacionadas ao abuso sexual contra meninos e homens aparece como uma saída possível no que concerne a superação do trauma sem provocar maiores danos futuros.

Assim como F, M relata ter trazido a experiência da violência sexual como uma forma ativa de luta, como é exposto a seguir:

"Eu coloquei isso muito como uma luta para mim. A gente tem que falar sobre isso porque está ocorrendo, estamos fingindo que não está ocorrendo e muito do que está acontecendo no contexto hoje está relacionado a isso, da violência que os homens sofrem, mas é colocado como humor, como privilégio" (M).

O entrevistado destacou sobre as produções audiovisuais que trazem a violência contra homens em um contexto humorístico, exemplificado no seriado *Chaves* (Bolaños, 1980) que

apresenta um personagem, senhor Madruga, que sofre violências físicas de uma mulher, dona Florinda, e tal atitude é vista de maneira cômica. À vista disso, ressalta-se que o caráter jocoso com o qual o tema é retratado pode ser visto como um episódio que coloca a figura masculina em uma situação depreciativa culturalmente, pois, para a sociedade o homem no papel de vítima é algo tão fantasioso e caricato quanto as cenas apresentadas pelo seriado.

Essa visão supracitada enrijece os papéis de gênero engendrados culturalmente, pois ao ridicularizar a violência sofrida por homens, aprova-se que os mesmos estejam em situação de maior virilidade e força do que a mulher e outras pessoas que por quaisquer outras situações estejam em patamares hierarquicamente inferiores aos dele, naturalizando, deste modo, a violência praticada pelo homem e dissimule a mesma violência vivida pelos mesmos.

Além deles, S também expôs sua necessidade de luta contra o abuso, pois compreendeu ter adquirido consciência de que a violência além de parte de sua história também é parte da história da sociedade:

"Isso é uma coisa presente, mas eu não quero morrer conivente com isso e falar: eu me calei, eu não fiz nada, pensando que ele (seu agressor) pode ter abusado de mais pessoas" (S).

Sobre isso, Oliveira (2019) apresenta em seu estudo as formas de violência sexual ao longo da história da civilização e a forma como em cada tempo e em cada sociedade havia uma forma de enxergá-la. A autora corrobora o que S traz acerca deste tipo de vivência desde os primórdios da sociedade, na qual, por exemplo, houve a incidência de estupros coletivos na Idade Média, os estupros em cenários de escravidão e colonialismo, os estupros e a prostituição forçada na Guerra de Canudos e os estupros nas guerras contemporâneas.

Recentemente, com a iminência da guerra entre Ucrânia e Rússia houveram relatos de soldados que sofreram violência sexual por parte de tropas inimigas⁴, identificando, desta forma, a presença, a constituição e a perpetração da violência sexual no desenvolver e desenrolar da humanidade, escancarando o quanto este tipo de violência visa rebaixar a condição humana à submissão do outro e o quanto os homens também sofreram e ainda sofrem com ela ao longo da história da humanidade.

No entanto, apesar da naturalização e da tentativa de mascarar este problema, S e outros homens buscam justiça e conscientização tanto da sociedade em relação ao tema, quanto dos próprios homens que foram violentados, a fim de tornar a violência contra meninos e homens um fato conhecido e debatido, fazendo com que construa-se intervenções efetivas para esta problemática.

⁴ Conteúdo disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60495306>

Em relação à ressignificação como busca por libertação, E e F trazem visões semelhantes a respeito deste processo. Para E, o tempo de espera para a revelação da violência foi de 10 anos e durante este tempo sempre sentiu a necessidade de contar para as pessoas a respeito de sua vivência:

"Sinto que era alguma coisa sobre tirar esse peso de mim. Sobre compartilhar com a minha família. Compartilhar, por ficar tanto tempo segurando isso comigo. Era uma parada que eu sentia necessidade que as outras pessoas conhecessem essa minha parte, essa minha história, esse lado da minha existência" (E).

Rovai (2013) explica que o segredo sobre um trauma abarca também o temor da incompreensão por parte de outros, além da impossibilidade de traduzir em palavras a intensidade do que se viveu, em um mundo em que a memória e a experiência caíram em descrédito (p.130). É por esta razão que falar sobre a violência, a experiência traumática, pode ser sentida como uma libertação, pois, para além da independência do sentimento de isolamento decorrente da experiência da violência sexual masculina, ela também é uma emancipação dos pré-conceitos acerca do abuso, pelo próprio indivíduo, e também pelo que ele assume ser o pré-conceito do outro acerca de sua vivência.

Além desta perspectiva apresentada, F refletiu sobre a liberdade de finalmente estar podendo viver sua sexualidade sem sofrimento:

"Agora eu tô vivendo a minha sexualidade, eu estou começando a entender melhor o quê que realmente acontece comigo. Tem sido uma fase que acho que é a primeira vez que eu estou conseguindo ficar tranquilo em relação a isso porque antes era sempre um desespero, uma angústia" (F).

Em um estudo sobre os efeitos da violência sexual masculina no que tange ao âmbito sexual da vida dos homens adultos, Tewksbury (2007) discorre que as consequências nessa área incluem a forma como estes homens vítimas desempenham seu gênero em uma sociedade. Além disso, o autor pontua, como consequência, a maneira como estes homens constroem e gerenciam a sua identidade sexual. Logo, a vista do que F pontua, a sua liberdade, neste aspecto de sua vida, tende a romper com os pensamentos engendrados sobre o exercício de sua masculinidade, pensamentos estes que lhe causavam tormenta, pois o mesmo foi colocado em uma situação de vulnerabilidade sexual que contrapõe o valor viril e forte designado, culturalmente, aos homens.

4.3.2 O PAPEL DA PSICOTERAPIA

Em relação ao papel da psicoterapia, quatro dos cinco entrevistados relataram ter tido a experiência. Em três dos casos a violência já estava em perspectiva de ciência das vítimas, no entanto, para um deles a violência foi exposta após uma sessão terapêutica no CAPS.

No caso de M, o curso de psicologia possibilitou-lhe a reflexão acerca da violência que sofreu e, segundo o mesmo, imagens da cena lhe apareciam em sonho. Foi neste momento que ele decidiu procurar a psicoterapia para compreender sua experiência, além de assimilar como e no que ela influenciou em sua jornada.

"Então eu comecei a ter, em volta ali dos 23 anos, entendimento de que eu tinha sofrido um abuso". (M)

E, já tinha plena consciência do abuso sofrido, porém contou que foi através da psicoterapia que conseguiu olhar, de fato, para essa questão novamente. Semelhante a isso, F relacionou que, apesar de ter ciência da violência, foi apenas em um ambiente psicoterapêutico que o mesmo conseguiu fazer o relato. Através deste processo, o mesmo conseguiu relatar a experiência para alguém, além de encorajar-se a conversar com o primo que o abusou.

Habigzang, Ramos e Koller (2011) acerca do papel da psicologia no contexto de violência sexual contra menores, expõem que a importância do trabalho desta área com essas vítimas é fundamental, pois as consequências da violência apresentam-se nos mais diferentes cenários e âmbitos da vida, como em alterações cognitivas, afetivas e comportamentais. Logo, o atendimento psicológico pode contribuir para a minimização do impacto desta vivência.

Não foram encontrados estudos que indiquem com clareza a dimensão positiva do trabalho de psicólogos nesta área com homens adultos vítimas de violência sexual na infância. No entanto, estudos comprovam que o trabalho feito por estes profissionais tendem a repercutir no manejo do sofrimento advindo da violência, assim como lança luz a outras perspectivas de estar no mundo para além da história de abuso, visando a reconstrução de um pensamento voltado também para as potencialidades dos indivíduos enquanto seres que têm a possibilidade de ressignificar-se (DELL'AGLIO E SANTOS,2010; BOMFIM E ANDRADE, 2012; HOHENDORFF E PATIAS, 2017; HABIGZANG, AZEVEDO, KOLLER E MACHADO, 2006).

Diferentemente dos casos supracitados, para S o processo terapêutico no qual foi inserido obteve um desfecho trágico e quase fatal. Ainda em processo de reconhecimento da violência, o entrevistado fora em uma sessão de psicoterapia onde ele foi confrontado, pela primeira vez, com a realidade de ter sofrido violência sexual:

"Foi um momento em que eu me dei conta de que ali, através da lógica, eu não podia negar. [...] e aí, ela falou (a psicoterapeuta): então, quando começou ele era um adolescente, quando terminou ele já estava aí chegando na vida adulta, e eu: sim. E ela fez o corte aí e acabou a sessão. Eu não sei muito bem quantas sessões eu tive depois disso, mas depois desse episódio foi quando eu tomei os remédios e, é... é bom, tô aqui". (S)

Acerca disso, Barbosa et.al (2010) discorrem sobre a desumanização nos serviços de saúde pública e o quanto a lacuna no que tange ao respeito pode ser confirmada observando os meios de comunicação. Os autores citam as longas filas dos ambulatórios, a falta de medicação e leitos para a internação e o tratamento da população. No entanto, quando abordamos a desumanização dos serviços na área da psicologia, por vezes podemos negligenciar o que uma má formação pode acarretar na vida dos clientes e pacientes.

Como exposto neste trabalho, a violência sexual masculina deixa marcas ao longo da vida do indivíduo. De diversas formas, os homens violentados na infância carregam consigo os traumas do abuso. Com isso, é importante elaborar estratégias e abordagens de intervenção e proteção que não revitimize-os, prolongue ou aumente os efeitos devastadores desta violência.

Infelizmente, o caso de S é um exemplo de intervenção catastrófica. Logo, devemos pensar em uma intervenção que vise pela não-maleficência. Rosa e Souza (2020) refletem sobre algumas mediações possíveis dentro desta temática, como a construção de uma rede informativa sobre a violência sexual, especificamente sobre àquela que ocorre contra meninos e homens. Além disso, os autores também evidenciam a importância de voltar o olhar e o debate para o acolhimento das vulnerabilidades, criando um espaço seguro para o desenvolvimento de masculinidades que visem maneiras mais positivas de ser no mundo.

Para além, podemos reiterar a necessidade de que profissionais da psicologia se debrucem sobre a temática da violência sexual, buscando exercer um trabalho que foque em intervenções efetivas, evitando a revitimização e o aumento do sofrimento dos homens violentados.

4.3.3 A IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS DE APOIO

No que se refere aos grupos de apoio, dos cinco entrevistados apenas dois deles participam ativamente de grupos ligados a questões referentes à masculinidade. O relato de M, ao ser questionado sobre, revela algumas resistências encontradas também nos relatos de S e X, que apesar de compreenderem a importância dos grupos, optam por diversas razões em não participarem dos mesmos.

No caso de M, o mesmo sente que a vivência da violência sexual é algo que foi bem trabalhado em sua psicoterapia individual, apesar de reconhecer a importância dos grupos de apoio para vítimas de violência:

"Hoje eu não participo porque eu quero realmente estar trabalhando dentro do âmbito científico, sabe? Essa questão de sentar e conversar sobre a vida né, eu acho extremamente importante, mas não é o que eu estou buscando no momento" (M)

Em contrapartida, E e F participam de grupos voltados para a masculinidade, onde conversam acerca do sofrimento masculino, incluindo experiências de violência sexual. F reforçou a importância de falar sobre o abuso porque percebeu que sempre surgia alguém falando sobre ter sofrido o mesmo, e por isso, de alguma forma, sentia a necessidade de falar sobre sua vivência.

Já o participante E reconheceu, através do grupo, a importância de desvelar o segredo da violência sexual que, segundo ele, é algo mantido pelo machismo e o patriarcado. Além disso, o mesmo relatou sobre a sensação de liberdade e o desafio de se colocar em um lugar de vulnerabilidade frente a outros homens:

"O acolhimento é a melhor forma de criar um ambiente onde os homens possam se expressar, sabe? E onde eles possam se permitir sentir as coisas" (E).

D'Ajuz et.al (2021) em seu estudo com grupos de adolescentes vítimas de violência sexual, expõem que através deste tipo de intervenção há uma significativa diminuição do sofrimento proveniente do abuso sexual. Além dessa diminuição, as autoras também salientam que o trabalho terapêutico com os grupos é importante porque perpassa os preconceitos e tabus sociais entre os próprios membros e a equipe profissional responsável por atuar junto a estes indivíduos. Com isso, compreende-se que os grupos de apoio são primordiais para a troca de vivências, contribui para ampliar a empatia e também para o processo de ressignificação tanto do trauma quanto das ações em saúde (D'AJUZ et.al. 2021).

4.3.4 INTERVENÇÕES POSSÍVEIS PELO ESTADO

Nas entrevistas foram levantadas possíveis formas de intervenção por parte do Estado. Três dos entrevistados fizeram algumas considerações a respeito. Sobre este aspecto, M considerou sobre a necessidade de políticas públicas que acolham os meninos vítimas de violência sexual e doméstica, pois, quando essas questões são trabalhadas também pode haver redução da violência contra a mulher.

No caso de S, o mesmo entendeu que o dever do Estado diz respeito à forma como ele pode ter justiça em relação a violência sofrida. Tendo em vista que não fora protegido em sua infância, ele busca maneiras de conseguir, na vida adulta, finalmente a justiça e o reconhecimento da violência que lhe fora a vida inteira negada.

O amparo por parte do Estado nas situações de violência sexual é algo que chama a atenção. Costa, Andrade e Jucá (2015) explicam que o desamparo sofrido como consequência da violência é uma situação que muitas vezes também se estende para a falta de ação

governamental e de políticas públicas referentes à problemática. Sendo assim, segundo as autoras, a violência sexual não é apenas física, mas emocional, social, econômica e cultural.

Apesar dos avanços significativos consolidados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado pela Lei nº 8.069⁵ em 1990, as mesmas autoras reconhecem que muitas crianças e adolescentes ainda sofrem com a não concretização de muitos dos direitos estabelecidos na constituição.

Com isso, é compreensível, como relata S, a sua busca por justiça em sua vida adulta, tendo em vista que, ainda segundo Costa, Andrade e Jucá (2015), a tenra idade na infância e/ou adolescência faz com que esses indivíduos já se encontrem em vulnerabilidade, e com a experiência da violência continuam não encontrando proteção nem do Estado, nem da família e nem da sociedade (COSTA, ANDRADE E JUCÁ, 2015).

Por fim, para o entrevistado X, o dever do Estado aparece como forma interventiva nas escolas, pois, em sua opinião, os debates e as conversas sobre sexualidade nesses locais é uma forma simples de combater a violência:

"A maioria das vítimas estão na escola e a maioria das crianças não sabem que isso é errado, tipo, na época que aconteceu isso, eu não sabia que era errado" (X).

Em relação a este último aspecto sobre a importância da educação sexual, o psicólogo entrevistado analisou que esta é uma intervenção de prevenção que visa a construção de habilidades protetivas a fim de evitar que os meninos vítimas se coloquem em situações de risco no futuro, sem ao menos se darem conta disso.

Acerca do que fora trazido por X, e complementado pelo psicólogo entrevistado, Rosa e Souza (2020) refletem sobre o papel da escola no combate à violência sexual. Os autores pontuam sobre o fato de que as crianças e adolescentes vítimas estão nas escolas e são nesses espaços que eles demonstram ou “dão pistas” (p.162) sobre o abuso que estão vivendo. Ainda, os mesmos discorrem sobre a necessidade dos docentes, e de toda a comunidade escolar, em investirem em educação e instrumentalização a fim de perceberem essas mudanças e os sinais emitidos pelas vítimas. Desta forma, a escola pode ser um fator de proteção, além de contribuir com intervenções para a identificação e a interrupção da violência sexual cometida contra meninos.

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos relatos dos homens entrevistados e das literaturas que embasaram esta pesquisa, compreendeu-se de maneira mais clara os impactos que a vivência da violência sexual tem sobre a vida destes indivíduos já na vida adulta, mesmo quando o abuso ocorre em tenra idade.

Apesar de ainda ser uma temática pouco explorada e estatisticamente com menos casos, a violência sexual contra este público toma este rumo muito em prol de uma cultura machista e homofóbica que silencia o sofrimento e a vivência das vulnerabilidades dos homens. Desta forma, as condições que mantêm o segredo e o silenciamento apontam para a importância das teorias de gênero e dos aspectos transgeracionais e familiares envolvidos na problemática.

Por conseguinte, como encontrado no presente estudo, a experiência de abuso, quando não elaborada, provoca perturbações nas relações interpessoais até o modo como o indivíduo se enxerga e se impõe no mundo, acarretando prejuízos na saúde mental dos mesmos.

Assim sendo, sugere-se, como caminhos para enfrentar o problema: a ampliação da educação sexual nas escolas, na sociedade e na família; a desconstrução da masculinidade hegemônica que associa ao masculino características que impedem a revelação de suas vulnerabilidades e violências sofridas, que estruturam o constrangimento social; a qualificação de profissionais que atuam diretamente na rede de proteção para evitar a revitimização e o alargamento do debate científico para qualificar o problema que é individual, familiar, social e político.

Ainda, para diminuir os efeitos da violência sexual na vida adulta, a participação da família e da comunidade são importantes para resgatar uma identidade que não se vincule apenas à violência sofrida, mas que abra oportunidades para debates e para a participação destes homens em uma sociedade que respeite sua vivência e a potencialidade de saída do sofrimento.

Além disso, torna-se necessário que dentro das redes de proteção contra a violência sexual já existentes, haja uma maior conscientização do sofrimento pelo qual passam meninos e homens, pois é dentro destas redes que as vítimas, suas famílias, comunidades e escolas possuem o acesso e o direcionamento efetivo para a proteção, acolhimento e intervenções eficientes.

Finalmente, destaca-se a importância da educação sexual enquanto direitos sexuais das crianças e adolescentes, uma vez que este conhecimento versa sobre os limites que se deve estabelecer na relação com os seus corpos, além de se configurar como a fase de vida principal em que a violência sexual ocorre, na maioria dos casos abordados. Logo, torna-se imprescindível a disseminação de informações adequadas sobre consentimento, os tipos de

violência sexual e o engajamento de todos e todas pelo fim do abuso sexual que produz consequências e a reprodução de violência quando não tratadas e abordadas em uma sociedade.

Conclui-se, desta forma, a importância de novas pesquisas e estudos na área, tendo a vista a escassez de publicações sobre a temática e conseqüentemente, a carência de intervenções que levem em consideração as diferentes características das dinâmicas e do impacto do abuso sexual infantil na vida de meninos e homens no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Tânia Mara Campos De.; PENSO, Maria Aparecida.; COSTA, Liana Fortunato. Abuso sexual infantil masculino: o gênero configura o sofrimento e o destino? **Estilos clin.** v.14, n.26, p. 46-67. 2008.

ALMEIDA, Ana Maria Neder; POLETTO, Jéssica Eloá; CÂNDIDO, Elaine Cristina; CHAIM, Felipe David Mendonça; SANTO, Rogério Terra do Espírito; GESTIC, Martinho Antonio; UTRINI, Murillo Pimentel; BRAGA, João Gabriel Romero; CAZZO, Everton, CHAIM, Elinton Adami. Medicina: O abuso sexual como causa emocional da obesidade. **Medicina: Elevados Padrões de Desempenho Técnico e Ético.** Atena Editora. Paraná. 2020.

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 11, p. 559-578. Rio Grande do Sul. 1998.

ANDRADE, Marta Rodrigues de Moraes; FERRARI, Ilka Franco. Legitimação do laço homossexual: um acolhimento possível na realidade social da hipermodernidade. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v.9, n.4. Fortaleza. 2009.

ANTONY, Sheila; ALMEIDA, Ediléia Menezes de. Vítimas de violência sexual intrafamiliar: uma abordagem gestáltica. **Revista do Nufen**, vol. 10, n.2. Brasília. 2018.
ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, v. 7, n.2, p. 3-11. Maringá. jul/dez 2002.

BAECKERT, Liliana Tinoco. “Fui violentado por vários homens ao mesmo tempo”: o drama dos homens estuprados durante guerras. **BBC NEWS**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60495306>. Mar/2022. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

BARBOSA, Leopoldo Nelson Fernandes; DANTAS, Fábio Galvão; SILVA, Marcos Antônio Barbosa; SILVA, Josimário João. Sobre ética e violência sexual: recortes de um caso atendido fora dos serviços especializados. **Revista da SBPH**, v.13, n.2. Rio de Janeiro. 2010.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. **Edições 70**. São Paulo. 2011.

BARROS, Amailson Sandro de Barros; FREITAS, Maria de Fátima Quintal. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. **Pensando Famílias**, v. 19, n. 2. Porto Alegre. 2015.

BENSUSAN, Hilan. Observações sobre a política dos desejos: tentando pensar ao largo dos instintos compulsórios. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, 445-479. Brasília. 2006.

BESTEIRO, Pilar Vilariño; CONDE, Belén Unzeta; FRANCO, César Pérez; MOYA, Belén López; RIVERA, Teodoro Uría; MARTÍN, Irene Baños. Bulimia nerviosa y trauma: ¿Asociación casual o mecanismo perpetuador? **XXI Congreso Virtual Internacional de Psiquiatría, Psicología y Enfermería en Salud Mental**. Asociación Mundial de Psiquiatría. 2020.

BLANCHARD, James F. Sexual exploitation. **Congresso Against the Sexual Exploitation of Children**. Brasília. 1996.

BRASIL, Direitos sexuais são direitos humanos: coletânea de textos. **Caderno Temático 3**. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Brasília. 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Secretaria de Vigilância em Saúde**, v. 49, n. 27. Brasília. jun. 2018.

BRASIL, Organização Mundial da Saúde. Inspire: sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças. **Núcleo de Estudos da Violência**. 2018. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/207717/9789241565356-por.pdf?ua=1>. Acesso em: 14 de ago. de 2022.

BRASIL, Organização das Nações Unidas. Cerca de 1 bilhão de crianças no mundo são vítimas de violência todos os anos. **ONU News**. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/06/1717372>. Acesso em: 14 de ago. de 2022.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Abuso sexual contra crianças e adolescentes - abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. **Cartilha Maio Laranja**. Brasília. 2021.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disque 100 tem mais de 6 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2021. **PROTECA**. 2021. Disponível em: <https://proteca.ufpr.br/noticias/disque-100-tem-mais-de-6-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-em-2021/>. Acesso em: 14 de ago. de 2022.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Denúncias de violência sexual são maioria contra crianças e adolescentes. **Governo Federal**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/maio-laranja/noticias-maio-laranja/denuncias-de-violencia-sexual-sao-maioria-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 14 de ago. de 2022.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Crianças e adolescentes são 79% das vítimas em denúncias de estupro registradas no Disque 100. **Governo Federal**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/criancas-e-adolescentes-sao-79-das-vitimas-em-denuncias-de-estupro-registradas-no-disque-100>. Acesso em: 14 de ago. de 2022.

BONOMO, Mariana; BARBOSA, Paola Vargas; TRINDADE, Zeide Araújo. Homens: gênero e identidade em grupos tradicionais, metrossexuais e homossexuais no Brasil. **Revista Electrónica de Psicología Política**, v. 6, n. 17, p. 1-22. Argentina. 2008.

BUTLER, Judith. Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. In: CASE, S.- H. (Org.). **Performing feminisms: feminist critical theory and theatre**. Baltimore: Johns Hopkins, p. 296-314. 1990.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira, 4ª edição. Rio de Janeiro. 2012.

CALVI, Bettina. Abuso sexual en la infancia: efectos psicicos. **Lugar Editorial**. Buenos Aires. 2005.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Homem não chora: o abuso sexual contra meninos. **Tese de Doutorado**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2015.

CASHMORE, Judy; SHACKEL, Rita. Gender Differences in the Context and Consequences of Child Sexual Abuse. **Current Issues in Criminal Justice**. 26:1, p. 75-104. USA. 2014.

CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida; WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque. Abuso sexual infantil masculino: sintomas, notificação e denúncia no restabelecimento da proteção. **Psicologia Clínica**, v.32, n.1. Rio de Janeiro. 2020.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Femininos**, v.21, n.1, p. 241-282. Florianópolis. jan/abril 2013.

COSSINS, Annie. Masculinities, Sexualities and Child Sexual Abuse. **British Society of Criminology**. Liverpool, v.3. 2000.

COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida; RUFINI, Beatriz Rossatto; MENDES, Josimar Antônio de Alcântara; BORBA, Natalia Ferreira. Família e abuso sexual: silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 59, n.2. Rio de Janeiro. 2007.

COSTA, Andréia da Silva; ANDRADE, Denise Almeida de; JUCÁ, Roberta Laena Costa. A concretização do princípio constitucional da solidariedade no âmbito da violência sexual contra crianças e adolescentes. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará**. Ceará. 2015.

COZBY, Paul C. **Métodos de Pesquisa do Comportamento**. E. Atlas S.A. 2003.

CROCKER, Sylvia Fleming. Proflection. **The Gestalt Journal**, v. 4, n.2, 13-34. New York. 1981.

D'AJUZ, Adriana de Andrade; LINHARES, Ana Carolina Bessa; CUNHA, Ana Luiza Greca; BERNARDINO, Akalenni Quintela; MONTEIRO, Bibiana Coelho; PASSARELA, Cássia de Freitas Teixeira; JOTA, Fernanda Schieber Saúde Vilas Boas; SANTOS, Mikaela da Silva; SOUZA, Vanessa Ribeiro. Relatos de experiência: grupos terapêuticos com

adolescentes vítimas de violência sexual. **Pluralidades em Saúde Mental**, v.10, n.2. Brasília. 2021.

DORAIS, Michel. Don't Tell: The sexual abuse of boys. **McGill-Queen's University Press**. Montreal. 2011.

ECCEL, Claudia Sirangelo; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Masculinidade, autoimagem e preconceito em representações sociais de homossexuais. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v.9, n.1. Rio de Janeiro. 2015.

EL Pais. Homens e meninos também sofrem abuso sexual. Eles estão aprendendo a pedir ajuda. Acesso em 10/04/2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-23/homens-e-meninos-tambem-sofrem-abuso-sexual-eles-estao-aprendendo-a-pedir-ajuda.html>>

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira; CAMPOS, Josete de Oliveira. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Ministério Público do Estado do Espírito Santo**. Espírito Santo. 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Teresinha Silveira; CARDOSO, Clara Maria Cosme; PACHECO, Ludmila de Ávila; CAVICCHIOLI, Fernanda Regis. Circuito e Curtos Circuitos. Editora Veras. São Paulo. 2006.

FILHO, Moacyr Ferreira Pires. Violência intrafamiliar: a compreensão de psicólogos que atendem em instituições crianças do sexo masculino, vítimas do abuso sexual. **Dissertação de mestrado**. Universidade Católica de Pernambuco. Recife. 2007.

FUEMMELE, Bernard F; DEDERT, Eric; MCCLERNON, F. Joseph; BECHAN, Jean C. Adverse childhood events are associated with obesity and disordered eating: results from a U.S. population-based survey of young adults. **Journal of Traumatic Stress**, v. 22, n.4, p. 329-333. North Carolina. 2009.

FURNISS, Tilman. Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar. **Artes Médicas**. Porto Alegre. 2002.

GARTNER, Richard B. Betrayed as Boys: psychoanalytic treatment of sexually abused men. **The Guilford Press**. New York. 1999.

GARNEFSKI, Nadia; ARENDS, Ellen. Sexual abuse and adolescent maladjustment: differences between male and female victims. **Journal of Adolescence**, v. 21, n. 1. Leiden. Feb. 1998.

GAULEJAC, Vincent de. As origens da vergonha. **Via Lettera Editora e Livraria**. São Paulo. 2006.

GLASSER, Max; KOLVIN, Israel; CAMPBELL, David; LEITCH, Ian; FARRELLY, Sean. Cycle of child sexual abuse: links between being a victim and becoming a perpetrator. **The British Journal of Psychiatry**. Oxford University, United Kingdom. 2018.

GOMES, Romeu. Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 8, n.3, p. 825-829. Rio de Janeiro. 2003.

GOMES, Joziane da Luz; FARIA, Graciela Sanjutá Soares. Abuso sexual infantil e intervenções psicológicas. **Anais do EVINCI-UniBrasil**, v. 3, n. 2, 917-932. Curitiba. 2017.

HABIGZANG, Luísa; KOLLER, Sílvia Helena; AZEVEDO, Gabriela Azen; MACHADO, Paula Xavier. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n.3, 341-348. Rio Grande do Sul. 2005.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, Michele da Silva; KOLLER, Sílvia Helena. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.27, n.4, p.467-473. Rio Grande do Sul. 2011.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Sílvia Helena. Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. **Psicologia USP**, v.23, n.2, p. 395-415. São Paulo. 2012.

HOHENDORFF, Jean Von. Dinâmica da violência sexual contra meninos. **Tese de Doutorado**. UFRGS. Rio Grande do Sul. 2016.

INOUE, Silvia Regina Viodres; RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n.1, p. 11-21. Campinas. jan/mar 2008.

JORON, Philippe. A ciberpele do pornográfico. **Revista Famecos**, v. 21, n.1, 5-23. Porto Alegre. 2014.

KAZMIERCZAK, Ketelin Karina; SANTOS, Carla Ribas; ZAMPIER, Bruno. A incitação ao estupro de vulnerável na pornografia adulta. **Iniciação Científica - Caderno de Resumos**. Centro Universitário Campo Real, v. 13. Paraná. 2020.

KRISTENSEN, Christian Haag. Abuso sexual em meninos. Dissertação de Mestrado, **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. 1996.

LAURENTI, Ruy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson. Perfil epidemiológico da morbi-mortalidade masculina. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.10, n.1, p. 35-46, São Paulo. 2005.

LAWRENZ, Priscila; ZAMORA, Júlia Carvalho; ARNOUD, Thaís de Castro; GODOI, Aline Ruoso; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Violência motivada por preconceito contra a diversidade sexual na infância e adolescência de homens homossexuais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 1. Rio Grande do Sul. 2022.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho; RODRIGUES, Vanda Palmarella; RODRIGUES, Adriana Diniz; COUTO, Telmara Menezes; GOMES, Nadirlene Pereira;

- DINIZ, Normélia Maria Freire. Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Texto e contexto - enfermagem**, v. 26. Pernambuco. 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. Marcas do corpo, marcas do poder. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. **Autêntica**, p. 75-90, Belo Horizonte. 2004.
- MANTOVANI, Adna Mouzinho. Naturalização da violência sexual na transgeracionalidade: um estudo de revisão bibliográfica. **Estudos em Sexualidade**, v. 2, 24-41. Instituto Paulista de Sexualidade, São Paulo. 2020.
- MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto e Contexto - Enfermagem**, v. 19, n. 2, 246-255. Florianópolis. 2010.
- MEDEIROS, Ana Paula. O abuso sexual infantil e a comunicação terapêutica: um estudo de caso. **Pensando Famílias**, v. 17, n. 1. Porto Alegre. 2013.
- OLIVEIRA, André Assis Breder. Meninos Traídos: Abuso sexual e constituição da masculinidade. Dissertação de Mestrado. **Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**. Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues. Memórias, subjetivação e educação no tempo presente: como as representações de violência sexual são abordadas nos livros didáticos de História? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 466 - 502, set./dez. 2019.
- OLIVEIRA, Leonardo Ribeiro Gonçalves; CÂMARA, Leonardo; CANAVÊZ, Fernanda. Meninos não choram: estudo sobre um caso de abuso sexual infantil. **Desidades**. n.29. Rio de Janeiro. 2021.
- OSINSKI, Guilherme; NUNES, Julius. Como a imprensa trabalha com o tema da violência sexual infanto-juvenil: estudo dos portais Folha de São Paulo e The New York Times. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Curitiba. 2016.
- PENSO, Maria Aparecida; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; COSTA, Liana Fortunato; SAID, Amanda Pinheiro; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Abuso sexual de meninos: característica da configuração familiar e do ofensor. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.35. Brasília. 2019.
- PERRIN, Ellen C. Sexual orientation in child and adolescent health care. **Kluwer**. New York. 2002.
- PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de pediatria**, v.81, n. 5, p. 197-204. Rio de Janeiro. 2005.
- POLANCZYK, Guilherme Vanoni; ZAVASCHI, Maria Lucrecia; BENETTI, Silvia; ZENKER, Raquel; GAMMERMAN, Patrícia Wainberg. Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v.37, p. 8-14. 2003.

PORTELA, Yeda; SILVA, Maria do Carmo Andrade. Estereótipos sexuais – interferências na identidade e na sexualidade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, 131-136, v. 14, n.2. Rio de Janeiro. 2003.

PUTNAM, Frank. Ten-Year Update Review: Child Sexual Abuse. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, v. 42, n.3. USA. 2003.

REY, Fernando Gonzalez. Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Os Processos de Construção da Informação. **Tompson**. São Paulo. 2005.

ROSA, Cristiano Eduardo; SOUZA, Jane Felipe. Violência/Abuso sexual contra meninos: masculinidades e silenciamentos em debate. **Pesquisa em Foco**. São Luís, v. 25, n.2. 2020.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História oral**, v. 16, n. 2, p. 129-148. São Paulo. 2013.

SAID, Amanda Pinheiro; JUNIOR, Áderson Luiz Costa. Polivitimização de meninos vitimizados sexualmente: uma análise documental a partir de fichas de notificação. **Contextos Clínicos**, 26-36. Brasília. 2018.

SAID, Amanda Pinheiro; COSTA, Liana Fortunato. Family Dynamics of Boys Victims of Sexual Abuse. **Paidéia**, v. 29. Brasília. 2019.

SALES, Sue Ann Ferreira; AMORIM, Paula Tavares; SOUZA, Caroline Martines; TORRES, Marck de Souza. Psicoterapia em situações de abuso sexual infantil: um estudo descritivo com adulto sobrevivente. **Construções Coletivas de Protagonismo para o Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes no Amazonas**, cap.4. Amazonas. 2021.

SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Revelação do abuso sexual infantil: reações maternas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n.1, 85-92. Rio Grande do Sul., 2009.

SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicologia e Sociedade**, 328-335. Rio Grande do Sul. 2010.

SCHRAIBER, Lília Blima; GOMES, Romeu; COUTO, Márcia Thereza. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n.1, p. 7-17, 2005.

SEGATO, Rita Laura. Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. **Universidad Nacional de Quilmes Editorial**. Buenos Aires. 2003.

- SEIXAS, Maria Rita D'Angelo. A violência transgeracional no caso Raul: exemplo de competente trabalho em rede. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v. 12, 225-237. 2010.
- SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana; ACHÁ, Maria Fernanda Faria. Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Archives of Clinical Psychiatry**, v. 38, n.4, 143-147. São Paulo. 2011.
- SILVA, Franklin de Lima. “Menino Abusado”: A compreensão crítica do abuso sexual doméstico contra meninos. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2018.
- SILVA, Odacyr Roberth Moura da; MENANDRO, Maria Cristina Smith. “Como se produz um homossexual?”: a origem da homossexualidade na percepção de indivíduos que alegaram ter mudado de identidade sexual. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 12, n.1. Belo Horizonte. 2019.
- SILVA, Priscila Arruda da; ALGERI, Simone; SILVA, Michele Peixoto da; CORRÊA, Mariana Lima; NUNES, Maria da Penha da Rosa. Perfil da violência sexual contra meninos, SINAN, 2009-2017, Brasil. **Research, Society and Development**, v.10, n° 10. 2021.
- SILVA, Juliana Andréa Cirino da; SIMEÃO, Fábio Gustavo Romero; RODRIGUES, Hermano de França. Entre o gozo e a recusa: notas sobre a pornografia virtual. **IV Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais**. Paraíba. 2017.
- SIQUEIRA, Aline Cardoso; ARPINI, Dorian Mônica; SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro. Família e abuso sexual na perspectiva de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Aletheia**, n.34, 109-122. Canoas. 2011.
- SORSOLI, Lynn; KEATING, Maryam Kia; GROSSMAN, Frances K. I keep that hush-hush: Male survivors of sexual abuse and the challenges of disclosure. **Journal of Counseling Psychology**, v.55, n.3, 2008.
- SOUZA, Samuel da Silva. Violência sexual contra meninos no município de Corumbá/MS no período de 2006 a 2015. **Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul**. Corumbá. 2017.
- SPIEGEL, Josef. Sexual Abuse of Males: The SAM Model of Theory and Practice. **Behavioral Sciences, Health and Social Care**. New York. 2003.
- SUÁREZ, Carlos Iván García; ARROYAVE, Javier Ómar Ruiz. Masculinidades, hombres y cambios. **Diakonia**. Bogotá. 2009.
- TEICHER, Martin H. Feridas que não cicatrizam: a neurobiologia do abuso infantil. **Scientific American Brasil**, vol.1, n.1, p. 83-89. 2002.

TEWKSBURY, Richard. Effects of sexual assaults on men: physical, mental and sexual consequences. **International Journal of Men's Health**, vol.6, n.1, p. 22-35. Kentucky. 2007.

VIEIRA, Francisco Giovanni David. Ensino de Marketing por meio de entrevista semi-estruturada. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 195, p. 1-8. 2017.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Revista Bioética**. 20 (2), p. 267-79. 2012.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 238-246, 2015.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. **Appris**. Curitiba. 2018.